



CARTA EDUCATIVA

2022

MUNICÍPIO DA **RIBEIRA GRANDE**



Índice

1. Introdução	4
2. Enquadramento Legislativo da Carta Educativa	5
2.1. Definição.....	5
2.2. Objetivos.....	5
2.3. Objeto.....	6
2.4. Conteúdo.....	6
2.5. Elaboração.....	6
2.6. Revisão.....	7
2.7. Efeitos.....	7
3. Metodologia	7
4. Caracterização do Concelho da Ribeira Grande	8
4.1. Localização e inserção regional.....	8
4.2. Indicadores sociodemográficos.....	10
4.2.1. Evolução da população residente.....	10
4.2.2. Sexo e grupo etário.....	10
4.2.3. Perfil socioeconómico.....	11
4.3. Indicadores educacionais.....	13
5. Rede Educativa	14
5.1. Caracterização do sistema educativo.....	14
5.2. Rede educativa no concelho da Ribeira Grande.....	16
5.2.1. Educação pré-escolar e ensino básico.....	17
□ Unidade Orgânica da Escola Básica Integrada da Maia	17
Caracterização física.....	17
Número de salas de aula.....	17
Número de matrículas.....	18
Taxas de transição e retenção.....	21
Refeições servidas.....	22
Transportes escolares.....	23
Ação social escolar.....	23
Outras atividades/projetos.....	24
□ Unidade Orgânica da Escola Básica Integrada de Ribeira Grande	24
Caracterização física.....	24
Número de salas de aula.....	25
Número de matrículas.....	25



Taxas de transição e retenção	27
Refeições servidas	29
Transportes escolares	29
Ação social escolar.....	29
Outras atividades/projetos	30
<input type="checkbox"/> Unidade Orgânica da Escola Básica Integrada de Rabo de Peixe	31
Caracterização física	31
Número de salas de aula.....	31
Número de matrículas	32
Taxas de transição e retenção.....	34
Refeições servidas	34
Transportes escolares	34
Ação social escolar.....	35
Outras atividades/projetos	35
5.2.2. Ensino secundário.....	36
<input type="checkbox"/> Escola Secundária da Ribeira Grande	36
Caracterização física	36
Número de salas de aula.....	36
Número de matrículas	36
Taxas de transição e retenção.....	38
Refeições servidas	39
Transportes escolares	39
Ação social escolar.....	39
Outras atividades/projetos	40
<input type="checkbox"/> Escola Profissional da Ribeira Grande	40
5.2.3. Ensino superior.....	42
<input type="checkbox"/> Universidade Aberta	42
6. Respostas Sociais no Concelho da Ribeira Grande	43
<input type="checkbox"/> Casa do Povo dos Fenais da Ajuda	43
<input type="checkbox"/> Centro Social e Paroquial da Maia – Centro Comunitário Cais do Remar.....	43
<input type="checkbox"/> Casa do Povo da Maia	43
<input type="checkbox"/> Santa Casa da Misericórdia do Divino Espírito Santo da Maia.....	43
<input type="checkbox"/> Casa do Povo da Ribeirinha.....	44
<input type="checkbox"/> Casa do Povo da Ribeira Grande	44
<input type="checkbox"/> Santa Casa da Misericórdia da Ribeira Grande	44



<input type="checkbox"/>	Centro de Apoio Social e Acolhimento (CASA) – Bernardo Manuel da Silveira Estrela.....	44
<input type="checkbox"/>	Centro de Bem Estar Infantil e Juvenil “Jacinto Ferreira Cabido”	44
<input type="checkbox"/>	Centro Social e Paroquial de Santa Bárbara	44
<input type="checkbox"/>	Casa do Povo de Rabo de Peixe.....	45
<input type="checkbox"/>	Casa do Povo do Pico da Pedra	45
7.	Projeções Demográficas	45
8.	Reestruturação da Rede Educativa	46
8.1.	Intervenção municipal.....	46
8.2.	Estratégia futura.....	48
9.	Conclusão	49
10.	Bibliografia	51
10.1.	Suporte bibliográfico digital.....	51



1. Introdução

A escola, como instituição social, influencia e é influenciada pelo contexto e pelo seu público-alvo, mantendo, portanto, uma relação de reciprocidade com o Estado. Por sua vez, a administração pública assume um papel ativo na participação no sistema educativo. No âmbito regional, esta relação de influência mútua prevê o desenvolvimento da Carta Escolar, instrumento orientador do investimento na infraestrutura educativa e de enquadramento da reestruturação orgânica do sistema educativo. Para tal, a Carta Escolar integra os elementos constantes das cartas educativas, de carácter concelhio.

A Carta Educativa, sustentada no quadro do desenvolvimento demográfico e socioeconómico de cada município, constitui-se como um instrumento de planeamento e ordenamento prospetivo dos edifícios e equipamentos educativos municipais, que visa a melhor utilização dos recursos educativos. Neste sentido, trata-se de um documento em constante evolução que deve ser atualizado e avaliado de forma contínua e mediante os prazos legais.

A Carta Educativa do Concelho da Ribeira Grande de 2022 tem como base a previamente elaborada em 2016 e reporta-se aos anos letivos compreendidos entre 2016/2017 e 2020/2021. A contextualização sociodemográfica do concelho é realizada em conformidade com os resultados dos Censos de 2021 e nos casos de análise longitudinal são, ainda, considerados os Censos de 2011. No que concerne à caracterização da rede educativa e da população estudantil, o presente documento envolve os dados referentes às instituições de educação pré-escolar, ensino básico, ensino secundário, ensino profissional e ensino superior localizadas/com atuação no concelho da Ribeira Grande, de seguida identificadas.

- Unidade Orgânica da Escola Básica Integrada da Maia;
- Unidade Orgânica da Escola Básica Integrada de Ribeira Grande;
- Unidade Orgânica da Escola Básica Integrada de Rabo de Peixe;
- Escola Secundária da Ribeira Grande;
- Escola Profissional da Ribeira Grande;
- Universidade Aberta.

Numa perspetiva assente no passado e no futuro, isto é, tendo em conta os cinco anos letivos em estudo e as projeções de evolução da população para 2031, a Carta Educativa constitui-se como um instrumento flexível que permite nortear a política educativa da Ribeira Grande.



2. Enquadramento Legislativo da Carta Educativa

2.1. Definição

A Carta Educativa está prevista no Decreto Legislativo Regional nº 27/2005/A, de 10 de novembro, que estabelece o Regime jurídico do planeamento, proteção e segurança das construções escolares. Este documento, de responsabilidade municipal, reúne a descrição dos edifícios e equipamentos educativos existentes no concelho, bem como a oferta de educação e formação disponível num período de cinco anos letivos. Além disso, constitui um instrumento prospetivo que, alicerçado nas possíveis necessidades/lacunas verificadas, estabelece estratégias futuras para a intervenção municipal, na forma de investimentos e medidas.

2.2. Objetivos

Considerando os objetivos elencados no artigo 14º do Decreto Legislativo Regional para o efeito, a Carta Educativa visa a adequação da rede de estabelecimentos de educação, ao adaptar, de forma dinâmica, as ofertas de educação pré-escolar e do ensino básico à procura efetiva. Além disso, pretende enquadrar essas ofertas a nível municipal na rede regional de educação/formação, de forma a promover a sua racionalização e complementaridade e, ainda, o seu desenvolvimento qualitativo.

Em conformidade com o artigo 14º, ponto 3, a Carta Educativa deve:

- a) Promover o desenvolvimento do processo de agrupamento de escolas, com vista à criação das condições mais favoráveis ao desenvolvimento de centros de excelência e de competências educativas, bem como as condições para a gestão eficiente e eficaz dos recursos educativos disponíveis;
- b) Incluir uma análise prospetiva, fixando objetivos de ordenamento progressivo, a médio e longo prazos;
- c) Garantir a coerência da rede educativa com a política urbana do município e a articulação com a rede educativa do ensino secundário, tendo em conta as infraestruturas existentes e as constantes dos instrumentos regionais de planeamento, incluindo a carta escolar.



2.3. Objeto

Em traços gerais, conforme previsto no artigo 15º, a Carta Educativa consiste num instrumento de âmbito municipal que tem por objeto a identificação:

- dos edifícios e equipamentos educativos;
- das ofertas educativas.

Por sua vez, o público-alvo compreende a educação pré-escolar e o ensino básico das redes pública, privada, cooperativa e solidária.

2.4. Conteúdo

O artigo 16º indica o conteúdo que deverá estar expresso na Carta Educativa. Assim, o presente documento deve apresentar (1) a localização e organização espacial dos edifícios e equipamentos educativos, (2) o diagnóstico estratégico, (3) as projeções de desenvolvimento e (4) a proposta de intervenção relativamente à rede pública. Deve, ainda, reunir informação acerca das principais medidas adotadas e a sua justificação.

2.5. Elaboração

De acordo com o artigo 17º, a Câmara Municipal elabora a Carta Educativa, que é submetida a discussão e parecer do conselho local de educação e, posteriormente, aprovada pela assembleia municipal.

O departamento da administração regional autónoma competente em matéria de educação presta o apoio técnico necessário e disponibiliza a informação que não seja da competência da autarquia.

A Carta Educativa integra o Plano Diretor Municipal, pelo que, mediante parecer prévio vinculativo do departamento supra identificado, está sujeita a ratificação governamental.

Considerando o contexto municipal da Carta Educativa, poderão ser elaborados instrumentos de planeamento e ordenamento da rede educativa de nível supramunicipal, através da articulação intermunicipal e com a administração regional autónoma.

O processo de elaboração da Carta Educativa deve ser alicerçado numa estreita articulação e colaboração entre a autarquia e o departamento da administração regional autónoma com competência em matéria da educação, de modo a assegurar os princípios, objetivos e parâmetros técnicos relativos ao ordenamento da rede educativa, previstos no Decreto Legislativo Regional nº 27/2005/A, de 10 de novembro, e a garantir a eficácia dos programas e projetos supramunicipais ou de interesse supramunicipal.



2.6. Revisão

Em conformidade com o período estipulado no artigo 18º, a necessidade de revisão da Carta Educativa é avaliada de cinco em cinco anos, pela Câmara Municipal. Além disso, a revisão é obrigatória sempre que a rede educativa municipal apresente desconformidade face aos princípios, objetivos e parâmetros técnicos de ordenamento da rede educativa regional. Devendo, para tal, a revisão ser solicitada pelo Governo Regional ou pela Câmara Municipal.

Os procedimentos previstos para a aprovação da Carta Educativa são extensíveis à sua revisão.

2.7. Efeitos

O artigo 19º estabelece os efeitos da Carta Educativa. Assim, após aprovação e ratificação governamental, este documento representa um instrumento de orientação da autarquia na gestão do sistema educativo. Neste sentido, a Câmara Municipal é responsável pela concretização dos investimentos lá previstos que sejam da sua competência, sem prejuízo, nos casos aplicáveis, do cofinanciamento comunitário e regional.

3. Metodologia

A elaboração da Carta Educativa pressupôs três fases, sendo que inicialmente procedeu-se ao estudo e análise da realidade socioeducativa do concelho, seguindo-se a recolha e tratamento dos dados e, por fim, o levantamento de necessidades e das propostas futuras de intervenção no sistema educativo.

Na primeira fase, a contextualização da Carta Educativa bem como dos indicadores e variáveis que caracterizam o concelho da Ribeira Grande foi desenvolvida através da consulta da legislação para o efeito e da informação disponível nos sítios eletrónicos “Pordata – Estatísticas sobre Portugal e Europa” e do Instituto Nacional de Estatística. No que concerne à caracterização do sistema educativo, contou-se com a colaboração da Direção Regional da Educação.

A recolha dos dados relativos às escolas incidiu sobre o período de cinco anos letivos, de 2016/2017 a 2020/2021, e foi realizada através do preenchimento de tabelas com as seguintes variáveis: caracterização física, número de salas de aula, número de matrículas, taxas de transição e retenção, número de refeições servidas, número de beneficiários de transportes escolares, número/tipo de apoios atribuídos pela ação social escolar e outras atividades/projetos. As tabelas foram enviadas aos conselhos executivos

das três unidades orgânicas de educação pré-escolar e ensino básico do concelho e da escola secundária. No caso da escola profissional, foram endereçadas à respetiva direção. Por sua vez, no que se refere ao ensino superior, a informação foi recolhida no sítio eletrónico da Universidade Aberta.

Por último, através da articulação inter e intrainstitucional, isto é, junto das escolas e de acordo com um levantamento interno de informação, reuniram-se as disfunções existentes na atual rede educativa concelhia e os investimentos já realizados pelo município. Estes princípios, alicerçados nas projeções demográficas, estabeleceram as estratégias futuras de reestruturação dos edifícios e equipamentos educativos municipais.

4. Caracterização do Concelho da Ribeira Grande

4.1. Localização e inserção regional

O concelho da Ribeira Grande situa-se na ilha de São Miguel, no arquipélago dos Açores. O arquipélago é constituído por nove ilhas, nomeadamente São Miguel, Santa Maria, Pico, Terceira, Faial, São Jorge, Graciosa, Flores e Corvo. São Miguel é a ilha com maior área geográfica e maior densidade populacional (cf. com Tabela 1), encontrando-se dividida em seis concelhos, isto é, Ponta Delgada, Ribeira Grande, Lagoa, Vila Franca do Campo, Povoação e Nordeste.

Densidade populacional – N.º médio de indivíduos por km ²	
Local	2021
Região Autónoma dos Açores	101,80
Santa Maria	55,8
São Miguel	179,00
Terceira	133,00
Graciosa	67,4
São Jorge	34,4
Pico	31,2
Faial	82,8
Flores	24,3
Corvo	22,4

Tabela 1 - Densidade Populacional por ilha

Fonte: Pordata, Censos de 2021

Localizado na costa Norte da ilha de São Miguel, o concelho da Ribeira Grande, o segundo maior da ilha, abrange 179.5 km², é rodeado pelos restantes cinco concelhos e banhado pelo Oceano Atlântico. É composto por 14 freguesias, designadamente Calhetas, Pico da Pedra, Rabo de Peixe, Santa Bárbara, Ribeira Seca, Conceição, Matriz, Ribeirinha, Porto Formoso, São Brás, Maia, Lomba da Maia, Fenais da Ajuda e Lomba de São Pedro (cf. com Figura 1). A cidade da Ribeira Grande, elevada a esse estatuto em 1981, é constituída pelas freguesias situadas na área mais central do concelho, Santa



Bárbara, Ribeira Seca, Conceição, Matriz. Em 2004, a outrora freguesia de Rabo de Peixe foi elevada a vila.



Figura 1 – Ilha de São Miguel e freguesias do concelho da Ribeira Grande

Considerando os Censos de 2021 disponíveis no sítio eletrónico do Instituto Nacional de Estatística, o concelho da Ribeira Grande conta com um total de 31 388 habitantes, sendo o segundo concelho com maior número de habitantes da ilha e o terceiro do arquipélago, precedido por Ponta Delgada e Angra do Heroísmo.

O município da Ribeira Grande (visitar o sítio eletrónico da autarquia - <https://www.cm-ribeiragrande.pt/>) é marcado pelas suas paisagens e pela natureza que o envolve, desde os areais e a costa que sustentam a marca “Ribeira Grande – Capital do Surf”, com, atualmente, quatro zonas balneares galardoadas com Bandeira Azul, às fumarolas das caldeiras e às encostas do vulcão do Fogo. Dispõe, ainda, de diversos cursos de água, sendo que o principal, que atravessa a cidade, lhe deu o nome de Ribeira Grande. O brasão municipal (cf. com Figura 2) dá destaque à Ponte dos Oito Arcos, que caracteriza a cidade.



Figura 2 - Brasão do Município da Ribeira Grande

Fonte: <https://heraldicacivica.pt/rgr.htm>

4.2. Indicadores sociodemográficos

4.2.1. Evolução da população residente

A população do concelho da Ribeira Grande, à data dos Censos de 2021 constituída por 31 388 habitantes, sofreu um decréscimo pouco significativo (i.e., - 2,25%) comparativamente aos dados de 2011 que registam 32 112 habitantes. Por sua vez, as freguesias com maior/menor número de habitantes mantêm-se, nomeadamente Rabo de Peixe e Lomba de São Pedro, respetivamente. Paralelamente ao decréscimo verificado, é possível constatar um aumento da população nas freguesias da Lomba de São Pedro, Conceição, Ribeirinha e Pico da Pedra (cf. com Tabela 2).

População residente			
Local	2011	2021	Var. (%)
Calhetas	988	910	-7,89
Fenais da Ajuda	1 131	890	-21,31
Lomba da Maia	1 152	1 048	-9,03
Lomba de São Pedro	284	348	22,54
Maia	1 900	1 792	-5,68
Pico da Pedra	2 909	3 053	4,95
Porto Formoso	1 265	1 096	-13,36
Rabo de Peixe	8 866	8 799	-0,76
Conceição	2 425	2 634	8,62
Matriz	3 968	3 767	-5,07
Ribeira Seca	2 950	2 771	-6,07
Ribeirinha	2 349	2 510	6,85
Santa Bárbara	1 275	1 188	-6,82
São Brás	650	582	-10,46
Ribeira Grande	32 112	31 388	-2,25

Tabela 2 – População residente em 2011 e 2021

Fonte: INE, Censos de 2021

Ao analisar a evolução da população, importa ter em conta as taxas brutas de natalidade e mortalidade. Assim, conforme a informação disponível no sítio eletrónico Pordata, verifica-se uma diminuição da natalidade no concelho, de 14,8‰ em 2011 para 10,5‰ em 2021 (valor preliminar dos Censos de 2021). O mesmo se aplica à taxa de mortalidade que em 2011 se situa nos 7,9‰ e em 2021 nos 7,7‰ (valor preliminar dos Censos de 2021).

4.2.2. Sexo e grupo etário

O concelho da Ribeira Grande apresenta uma distribuição equitativa relativamente ao sexo, na medida em que 15 605 (i.e., 49,72%) são do sexo masculino e 15 783 (i.e., 50,28%) do sexo feminino (cf. com Tabela 3).

No que concerne à idade, a faixa etária com maior proporção de população corresponde à dos 25-64 anos, seguindo-se a dos 0-14 anos e, posteriormente, a dos 15-

24 anos, sendo que a faixa etária mais envelhecida, isto é, 65 e mais anos, é a menos representativa do concelho (cf. com Tabela 3). Neste sentido, é de realçar que, de acordo com os Censos de 2021, a Ribeira Grande é o concelho do país com menor índice de envelhecimento (56,58%), o que se traduz na posição de município mais jovem de Portugal.

Distribuição da população residente por sexo e grupo etário		
Ribeira Grande	Sexo	
	Masculino	15 605
	Feminino	15 783
	Total	31 388
	Grupo etário	
	0-14 anos	5 905
	15-24 anos	4 465
	25-64 anos	17 677
	65 e mais anos	3 341
	Total	31 388

Tabela 3 - Distribuição da população residente por sexo e grupo etário
Fonte: INE, Censos de 2021

4.2.3. Perfil socioeconómico

De forma a conhecer o perfil socioeconómico dos habitantes da Ribeira Grande, importa ter em conta a sua população ativa, empregada e desempregada. Assim, tendo por base os resultados dos Censos de 2021, considerando o universo da população da Ribeira Grande (i.e., 31 388), 14 228 habitantes correspondem à população ativa (i.e., indivíduos com idade mínima de 15 anos, empregados e desempregados, que constituem a mão de obra disponível para a produção de bens e serviços), resultando numa taxa de atividade de 45,33%, valor inferior, porém próximo, ao verificado na Região Autónoma dos Açores, nomeadamente 47,87 %. Por sua vez, a população empregada no concelho é constituída por 12 925 habitantes e a desempregada corresponde a 1 303 indivíduos, sendo que a taxa de desemprego é mais elevada nas freguesias de Lomba de São Pedro e Fenais da Ajuda e menos elevada no Pico da Pedra e em Santa Bárbara (cf. com Gráfico 1).

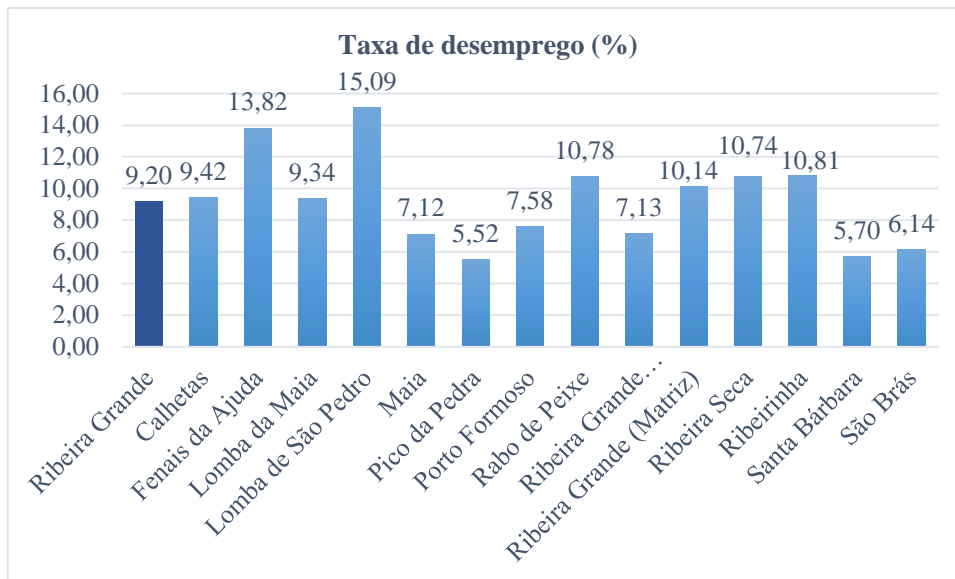


Gráfico 1 - Taxa de desemprego por freguesia

Fonte: INE, Censos de 2021

Ao considerar a população empregada, importa ter em conta a sua distribuição por setores de atividade económica, nomeadamente o primário, relativo à agricultura, floresta, caça, pesca e extração mineral, o secundário, que diz respeito à indústria transformadora e construção, e o terciário, que inclui os serviços, isto é, o comércio, transportes, administração pública, educação e saúde. Assim, em 2021, do total de 12 925 indivíduos empregados no concelho da Ribeira Grande, 1 247 pertencem ao setor primário, 2 701 ao secundário e 8 977 ao terciário (cf. com Gráfico 2).

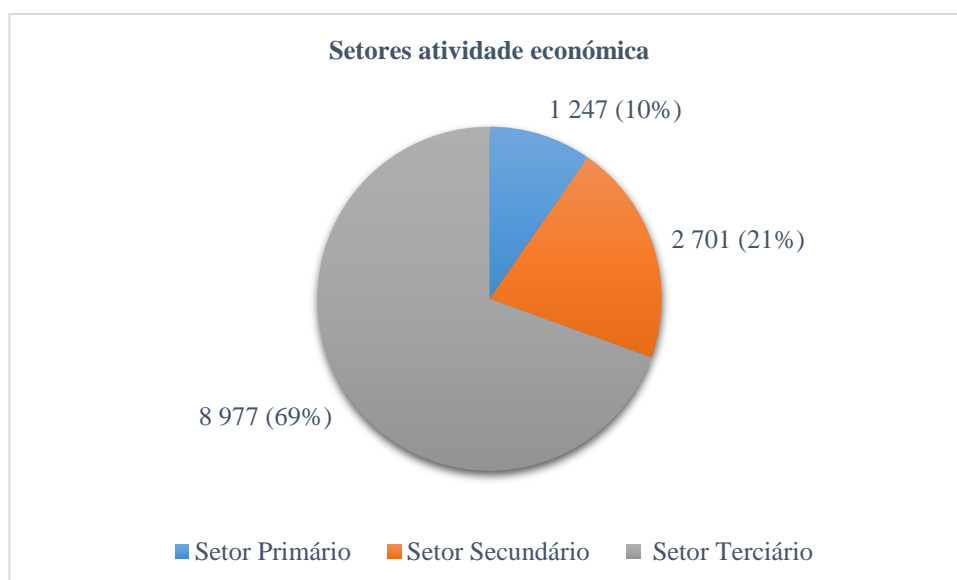


Gráfico 2 - Distribuição da população empregada por setores de atividade económica

Fonte: Pordata, Censos de 2021

4.3. Indicadores educacionais

A caracterização da população Ribeiragrandense quanto às variáveis educacionais permite enquadrar a informação acerca da rede educativa e da população escolar do concelho. Ao realizar uma análise longitudinal da distribuição da população residente com 15 e mais anos por nível de escolaridade completo mais elevado, no concelho da Ribeira Grande, à semelhança do arquipélago, verifica-se um aumento, de 2011 para 2021, do número de indivíduos com o ensino secundário e o ensino superior completos (cf. com Tabela 4). No entanto, o 1.º ciclo do ensino básico mantém-se o nível de escolaridade completo mais representativo da Ribeira Grande e da Região Autónoma dos Açores.

Distribuição da população residente por nível de escolaridade completo			
	Nível de escolaridade	2011	2021
Região Autónoma dos Açores	Nenhum	21 298	11 231
	1.º Ciclo	58 894	47 165
	2.º Ciclo	36 581	29 215
	3.º Ciclo	38 789	40 196
	Ensino secundário	24 974	41 642
	Ensino médio ¹	1 811	2 764
	Ensino superior	20 228	29 647
		Nível de escolaridade	2011
Ribeira Grande	Nenhum	3 192	1 777
	1.º Ciclo	7 146	5 877
	2.º Ciclo	5 556	4 620
	3.º Ciclo	4 366	5 342
	Ensino secundário	2 467	4 850
	Ensino médio	192	306
	Ensino superior	1 704	2 711

Tabela 4 - Distribuição da população com 15 e mais anos por nível de escolaridade em 2011 e 2021

Fonte: Pordata, Censos de 2011, Censos de 2021

No que concerne ao analfabetismo, de acordo com os Censos de 2021, a Ribeira Grande apresenta uma taxa de analfabetismo de 4,19%, situando-se acima da média do arquipélago (i.e., 3,10%) e assumindo a posição de segundo município com a taxa mais elevada, seguido de Vila Franca do Campo e a par do concelho de Calheta, na ilha de São Jorge. Considerando as freguesias do concelho, verificam-se valores superiores na taxa de analfabetismo em Rabo de Peixe (i.e., 6,76%) e nos Fenais da Ajuda (i.e., 5,10%) e inferiores na Conceição (i.e., 1,71%) e no Pico da Pedra (i.e., 2,19%).

¹ O ensino médio corresponde ao ensino pós-secundário e equivale à ISCED 4 (i.e., Classificação Internacional Tipo da Educação, em português).



5. Rede Educativa

5.1. Caracterização do sistema educativo

A Lei n.º 46/86, de 14 de outubro, Lei de Bases do Sistema Educativo, estabelece o quadro geral do sistema educativo, definindo-o como “(...) o conjunto de meios pelo qual se concretiza o direito à educação, que se exprime pela garantia de uma permanente ação formativa orientada para favorecer o desenvolvimento global da personalidade, o progresso social e a democratização da sociedade.” (cf. com ponto 2 do artigo 1.º).

Em conformidade com o artigo 4.º da lei em apreço, o sistema educativo engloba a educação pré-escolar, a educação escolar e a educação extraescolar. A educação pré-escolar é facultativa e corresponde à primeira etapa do sistema educativo. A educação escolar abarca o ensino básico, o ensino secundário e o ensino superior, integrando, ainda, modalidades especiais e atividades de ocupação de tempos livres. Por último, a educação extraescolar apresenta um quadro aberto de iniciativas múltiplas, formais e informais, que incidem na alfabetização, educação de base, aperfeiçoamento/atualização cultural e científica e/ou iniciação, reconversão e aperfeiçoamento profissional. Tendo em conta o público-alvo delimitado no objeto da Carta Educativa, o presente documento debruça-se sobre a educação pré-escolar e a educação escolar (cf. com Figura 3).

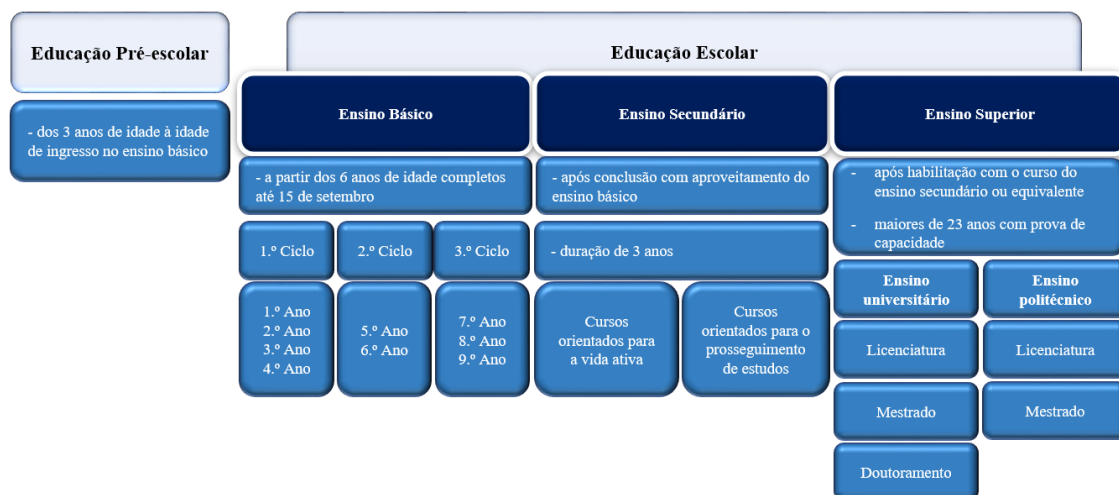


Figura 3 – Organograma do sistema educativo

De acordo com a Lei n.º 85/2009, de 27 de agosto, a escolaridade obrigatória inicia-se aos 6 anos de idade e cessa com a obtenção do nível secundário de educação ou no momento do ano escolar em que o aluno complete 18 anos de idade. Por sua vez, no âmbito da escolaridade obrigatória, a par do ensino regular, caracterizado por uma matriz curricular de conhecimentos e competências específicas, o sistema educativo dispõe de



outras modalidades de ensino, adequadas às diferentes características e necessidades do aluno (cf. com Figura 4). Ao longo do presente documento, as modalidades de ensino alternativas ao ensino regular serão identificadas como ensino não regular, de forma a facilitar a leitura.



Figura 4 – Organização dos ensinos básico e secundário por modalidades de ensino

Fonte: Estatísticas da educação 2017/2018, Região Autónoma dos Açores, Secretaria Regional da Educação e Cultura

O artigo 19.º da Lei de Bases do Sistema Educativo prevê, ainda, modalidades especiais de educação escolar, regidas por disposições especiais, de seguida elencadas:

- Educação especial;
- Formação profissional;
- Ensino recorrente de adultos;
- Ensino à distância;
- Ensino português no estrangeiro.

No que se refere à educação especial, a Portaria n.º 75/2014, de 18 de novembro, que aprova o Regulamento de Gestão Administrativa e Pedagógica de Alunos, em articulação com a Circular C-DRE/2018/24, de 26 de setembro, que incide sobre as matrizes curriculares dos programas educativos especiais, regulamentam os Programas Específicos do Regime Educativo Especial. Os programas, de seguida identificados, são adaptados ao perfil de funcionalidade do aluno e aos objetivos psicopedagógicos a atingir:

- Programa socioeducativo;
- Programa Despiste e Orientação Vocacional (DOV);
- Programa Pré-Profissionalização;
- Programa de Formação Profissionalizante;
- Programa Ocupacional.

Perante as diferentes modalidades de ensino, o sistema educativo assume uma abordagem inclusiva, procurando-se, a nível nacional e regional, adotar medidas e adaptações que reduzam o impacto de possíveis barreiras à aprendizagem, contribuindo,



assim, para o desenvolvimento pleno de todos os alunos. A escola, como instituição social, é sensível à evolução do seu contexto, pelo que tem vindo, ao longo do tempo, a reestruturar-se de modo a corresponder às características do seu público-alvo.

5.2. Rede educativa no concelho da Ribeira Grande

O Decreto Legislativo Regional n.º 27/2005/A, de 10 de novembro, define a rede educativa como “a configuração da organização territorial dos edifícios escolares, ou dos edifícios utilizados em actividades escolares, afectos aos estabelecimentos de educação pré-escolar e dos ensinos básico, secundário e profissional (...)”. No concelho da Ribeira Grande, no que concerne à educação pré-escolar e ao ensino básico, a rede educativa encontra-se organizada em três unidades orgânicas, nomeadamente:

i) Unidade Orgânica da Escola Básica Integrada da Maia – abarca a EB 2, 3 da Maia (2.º e 3.º ciclos), a EB1/JI Pe. Dr. Laudalino da Câmara Moniz de Sá (Porto Formoso), a EB1/JI de São Brás, a EB1/JI Prof. Manuel Jacinto da Ponte (Maia), a EB1/JI Prof. Amâncio da Câmara Leite (Lomba da Maia) e a EB1/JI de Fenais da Ajuda (educação pré-escolar e 1.º ciclo);

ii) Unidade Orgânica da Escola Básica Integrada de Ribeira Grande – integra a EB 1, 2/JI Gaspar Frutuoso (educação pré-escolar, 1.º e 2.º ciclos), a EB1/JI de Ribeirinha, a EB1/JI, a EB1/JI de Foros (Conceição), a EB1/JI Madre Teresa d’Anunciada (Ribeira Seca) e a EB1/JI de Santa Bárbara (educação pré-escolar e 1.º ciclo);

iii) Unidade Orgânica da Escola Básica Integrada de Rabo de Peixe – inclui a Escola Rui Galvão de Carvalho (2.º e 3.º ciclos), a Escola Luísa Constantina (Rabo de Peixe), a EB 1/JI D. Paulo José Tavares (Rabo de Peixe), a EB 1/JI António Tavares Torres (Rabo de Peixe), EB 1/JI António Augusto da Mota Frazão (Pico da Pedra) e EB 1/JI António Medeiros Frazão (Calhetas) (educação pré-escolar e 1.º ciclo).

Por sua vez, o ensino secundário na Ribeira Grande apresenta a seguinte estrutura:

i) Escola Secundária da Ribeira Grande – localiza-se na freguesia da Matriz e ministra o 3.º ciclo do ensino básico e o ensino secundário, recebendo alunos oriundos das diferentes escolas do concelho;

ii) Escola Profissional da Ribeira Grande – situa-se na vila de Rabo de Peixe e possui uma oferta formativa diversificada, dispondo de cursos profissionais e cursos do programa REATIVAR.

Quanto ao ensino superior, a população da Ribeira Grande conta com a Universidade Aberta (UAb). Nesta instituição de ensino superior público à distância, os



alunos têm acesso a formação superior (i.e., licenciaturas, mestrados e doutoramentos) e cursos de aprendizagem ao longo da vida, lecionados em regime de *elearning*, permitindo uma educação sem fronteiras geográficas nem barreiras físicas.

De seguida, apresenta-se a caracterização da rede educativa da Ribeira Grande, através da análise de variáveis referentes a cada uma das unidades orgânicas de educação pré-escolar e ensino básico e, ainda, às instituições de ensino secundário, profissional e superior. Os dados expostos reportam-se ao período correspondente a cinco anos letivos, de 2016/2017 a 2020/2021.

5.2.1. Educação pré-escolar e ensino básico

▪ Unidade Orgânica da Escola Básica Integrada da Maia

Caracterização física

A Unidade Orgânica da Escola Básica Integrada da Maia apresenta cinco valências de educação pré-escolar e do 1.º ciclo, nomeadamente nas freguesias do Porto Formoso, São Brás, Maia, Lomba da Maia e Fenais da Ajuda. A freguesia da Maia dispõe ainda de uma valência do 2.º ciclo e de uma do 3.º ciclo que recebem os alunos provenientes das restantes freguesias que compõem a unidade orgânica escolar (cf. com Figura 5, escola apresentadas por ordem de nomeação da freguesia respetiva, da esquerda para a direita).



Figura 5 – Escolas que compõem a Unidade Orgânica da Escola Básica Integrada da Maia

Número de salas de aula

A Tabela 5 demonstra o número de salas de aula disponíveis, na totalidade da unidade orgânica, para cada nível de ensino no período letivo compreendido entre 2016/2017 e 2020/2021. Ao analisar os dados, verifica-se que, no total, o número de salas diminuiu, sendo que se mantêm as afetas à educação pré-escolar, porém constata-se alterações no número de salas dos restantes níveis de ensino. Assim, é possível verificar

uma diminuição da oferta de salas para o 1.º ciclo de 2016/2017 a 2018/2019, tendência que se altera, com o aumento de uma sala, a partir de 2019/2020. Nos 2.º e 3.º ciclos, é visível uma diminuição do número de salas do ano letivo 2018/2019 para 2019/2020.

Relativamente à EB 2, 3 da Maia, em particular, o edifício contempla 14 salas de aula, quatro salas de ciências da natureza, cinco salas de informática, uma sala de música, duas salas de educação tecnológica, duas salas de educação artística, um laboratório de física, um laboratório de química, espaços de convívio, secretaria, espaços de administração e gestão, mediateca, auditório, cozinha, refeitório e pavilhão desportivo.

Oferta de salas de aula					
Nível de Ensino/Ano Letivo	2016/2017	2017/2018	2018/2019	2019/2020	2020/2021
Educação Pré-escolar	12	12	12	12	12
1.º Ciclo	23	20	19	20	20
2.º Ciclo	18	18	18	17	17
3.º Ciclo	28	28	28	26	26
Total	81	78	77	75	75

Tabela 5 – Oferta de salas de aula no período de 2016/2017 a 2020/2021

Número de matrículas

O Gráfico 3 evidencia o número de matrículas, desde o ano letivo 2016/2017 a 2020/2021, na educação pré-escolar, considerando o ensino regular e a educação especial, nomeadamente os Programas Específicos do Regime Educativo Especial. Assim, no que se refere ao ensino regular, é possível constatar que o número de matrículas diminuiu de 2016/2017 para 2020/2021. No que concerne à educação especial, os dados demonstram também um decréscimo do número de matrículas ao comparar o ano letivo 2016/2017



com o 2020/2021, porém os anos letivos intermédios (i.e., de 2017/2018 a 2019/2020) registam um maior número de matrículas.

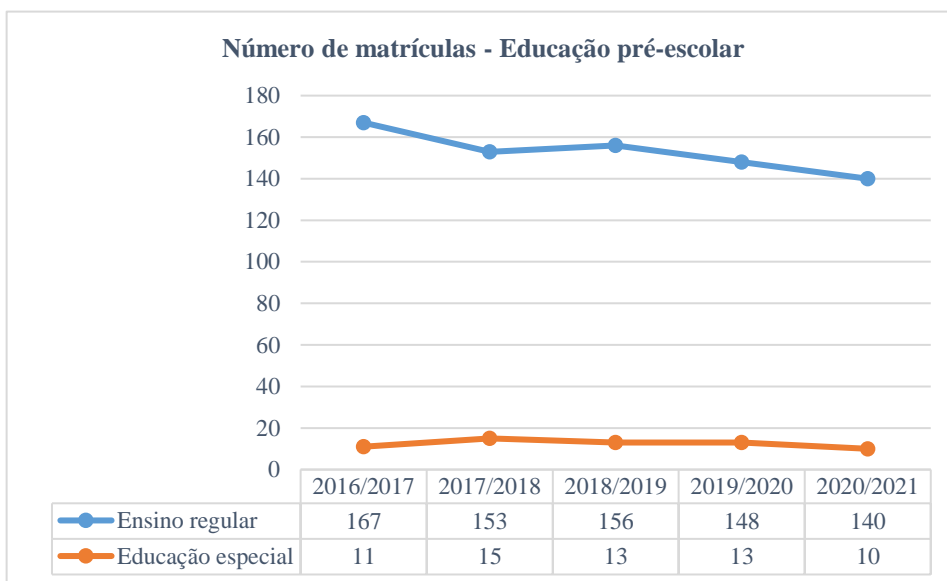


Gráfico 3 – Número de matrículas na educação pré-escolar no período de 2016/2017 a 2020/2021

O Gráfico 4 ilustra o número de matrículas no 1.º ciclo. Ao analisar os dados exibidos, constata-se uma diminuição significativa do número de matrículas no ensino regular e na educação especial, no período de 2016/2017 a 2020/2021. Relativamente à educação especial, o decréscimo foi mais acentuado na transição do ano letivo 2016/2017 para 2017/2018, registando-se menos da metade do número de matrículas. Ainda, é de referir que, no período em questão, não se verificam quaisquer matrículas no ensino não regular.

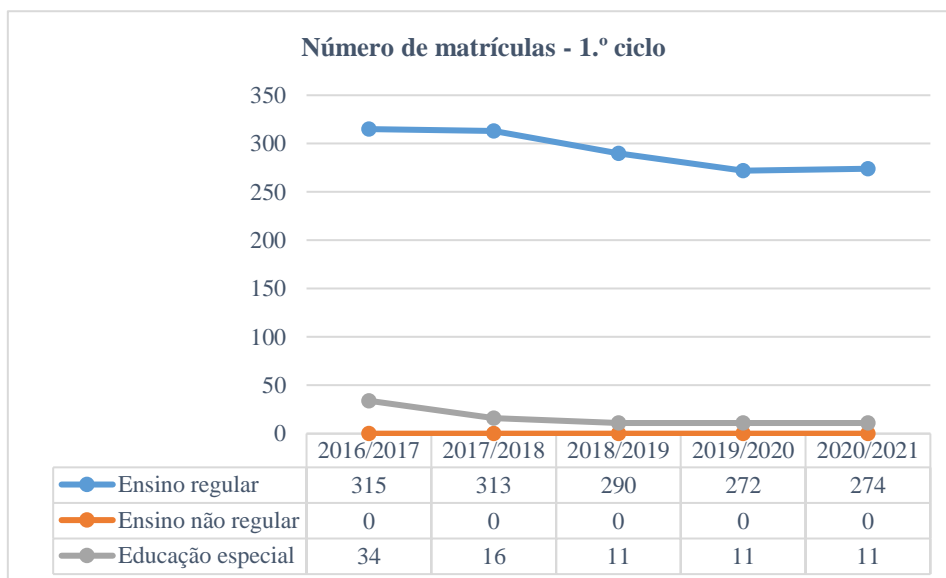


Gráfico 4 – Número de matrículas no 1.º ciclo no período de 2016/2017 a 2020/2021

O Gráfico 5, por sua vez, corresponde ao 2.º ciclo. A sua análise permite verificar um decréscimo geral no número de matrículas no ensino regular. Quanto ao ensino não regular, registam-se matrículas apenas no ano letivo 2016/2017. No caso da educação especial, o número de matrículas aumentou significativamente do ano letivo 2016/2017 para 2017/2018 e, de seguida, diminuiu progressivamente.

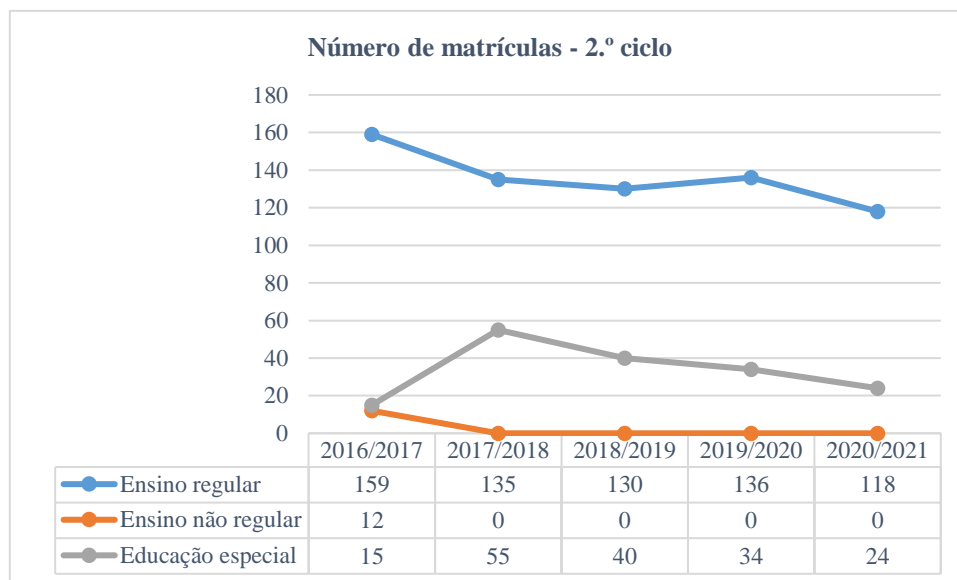


Gráfico 5 – Número de matrículas no 2.º ciclo no período de 2016/2017 a 2020/2021

O Gráfico 6 reporta-se ao 3.º ciclo. Neste nível de ensino, constata-se um decréscimo do número de matrículas no ensino regular. No que diz respeito ao ensino não regular, o número de matrículas é superior nos anos letivos 2018/2019 e 2019/2020, porém o valor registado em 2016/2017 repete-se em 2020/2021. Por último, não se verificam matrículas em educação especial durante os cinco anos letivos em causa.

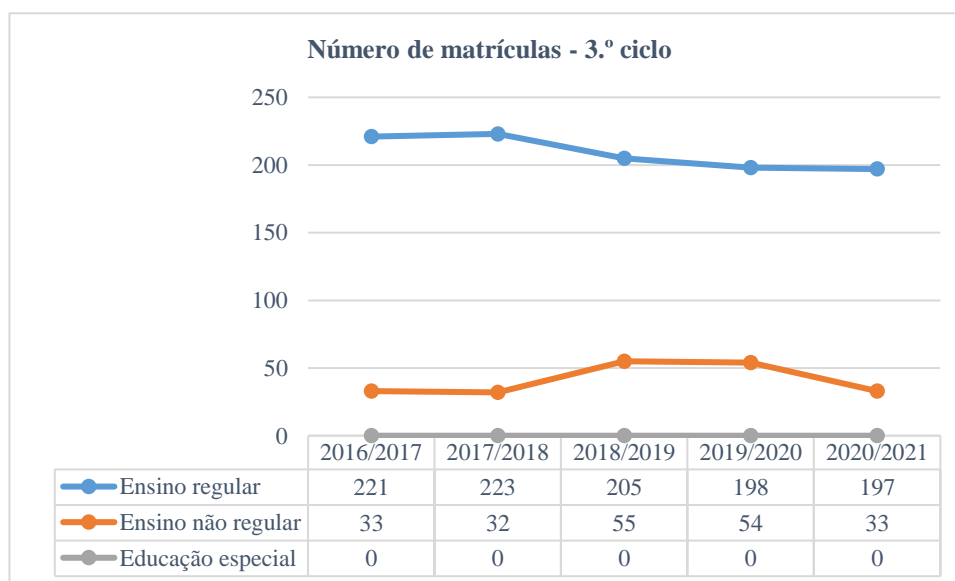


Gráfico 6 – Número de matrículas no 3.º ciclo no período de 2016/2017 a 2020/2021



Taxas de transição e retenção

De seguida, apresentam-se as taxas de transição e retenção relativas ao ensino regular nos 1.º, 2.º e 3.º ciclos, no período compreendido entre os anos letivos 2016/2017 e 2020/2021. No que concerne à educação pré-escolar, as taxas de transição e retenção não são aplicadas, uma vez que a sua frequência é facultativa.

De acordo com o Gráfico 7, os dados referentes ao ensino regular no 1.º ciclo, demonstram um decréscimo na taxa de retenção, sendo que em 2016/2017 regista-se o valor de 8.70% e em 2020/2021 a taxa situa-se nos 3.61%. Paralelamente, verifica-se um aumento na taxa de transição, de 91.30% no ano letivo 2016/2017 para 96.39% em 2020/2021.

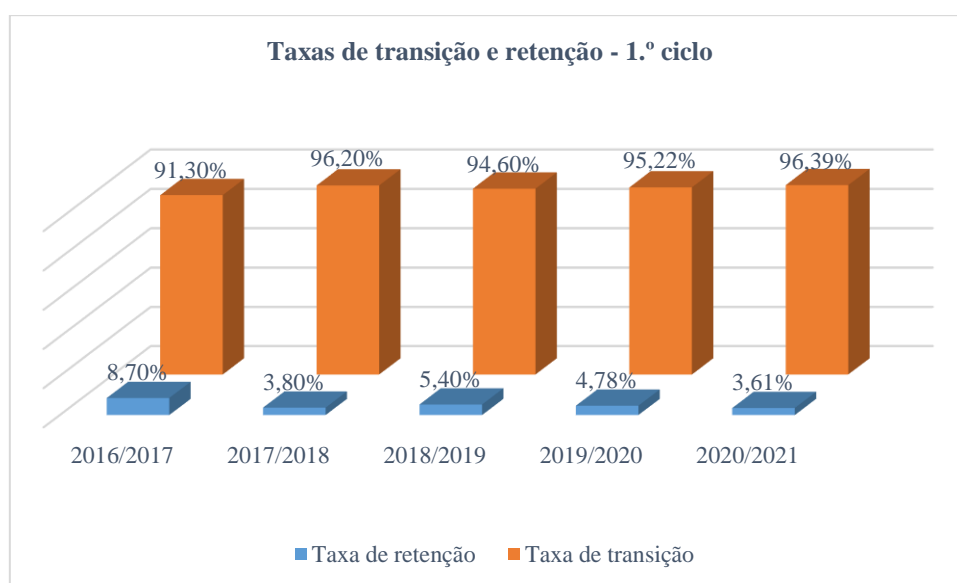


Gráfico 7 – Taxas de transição e retenção no ensino regular no 1.º ciclo de 2016/2017 a 2020/2021

O Gráfico 8 ilustra as taxas de transição e retenção do ensino regular no 2.º ciclo. No período compreendido entre 2016/2017 e 2020/2021, constata-se oscilações nos valores apresentados, designadamente um aumento da taxa de retenção no ano letivo 2018/2019, seguido de uma diminuição significativa no ano letivo 2019/2020. No ano 2020/2021, a taxa de retenção sofre novamente um ligeiro aumento.

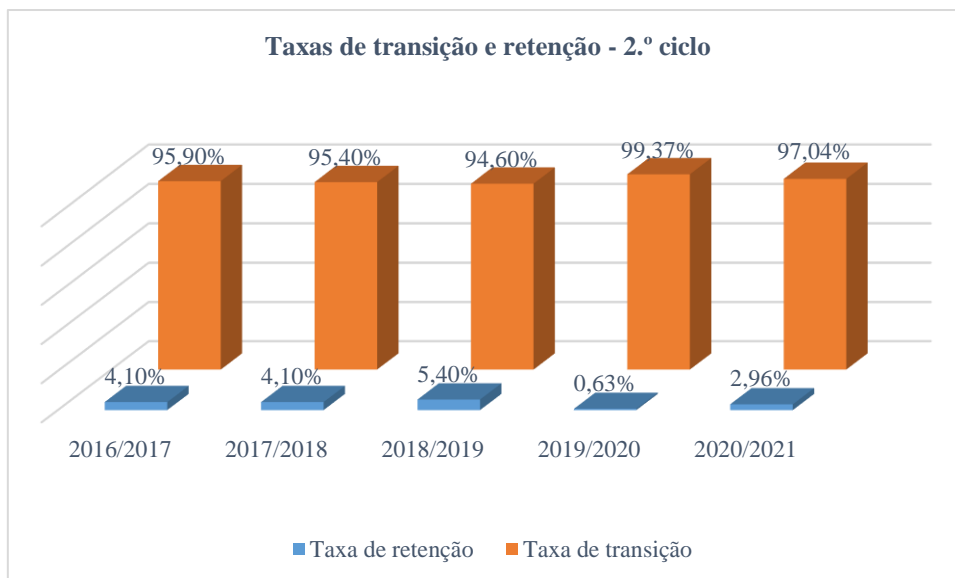


Gráfico 8 – Taxas de transição e retenção no ensino regular no 2.º ciclo de 2016/2017 a 2020/2021

O Gráfico 9 alude ao 3.º ciclo e evidencia, mais uma vez, oscilações nos valores das taxas de transição e retenção de 2016/2017 a 2020/2021. Assim, verifica-se também no 3.º ciclo uma diminuição da taxa de retenção e consequente aumento na de transição no ano letivo 2019/2020. No ano letivo 2020/2021, a taxa de retenção aumenta novamente, porém o valor mantém-se inferior ao exibido em 2016/2017.

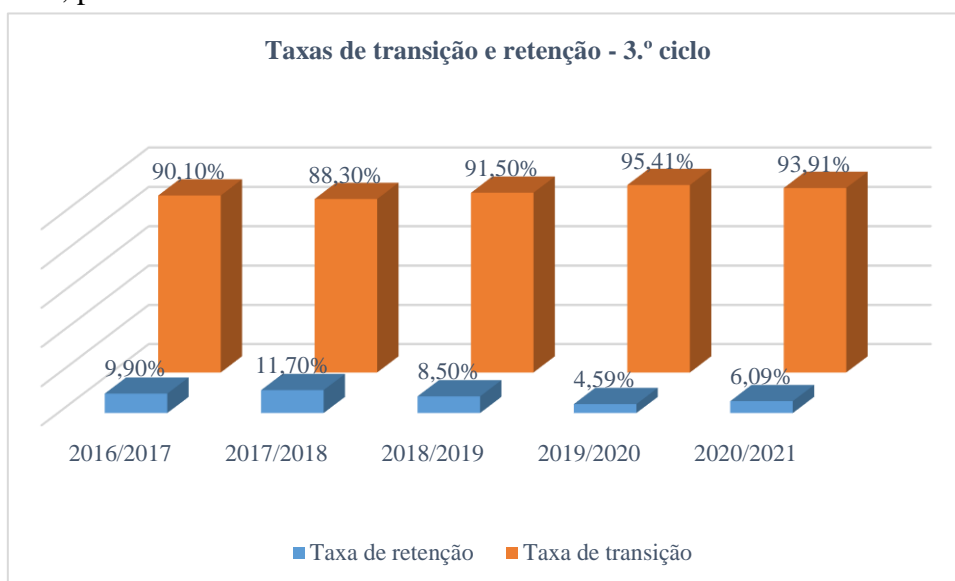


Gráfico 9 – Taxas de transição e retenção no ensino regular no 3.º ciclo de 2016/2017 a 2020/2021

Refeições servidas

A Tabela 6 demonstra o número de refeições servidas em contexto de refeitório pela Unidade Orgânica da Escola Básica Integrada da Maia no intervalo temporal de 2016/2017 a 2020/2021. Ao analisar os dados, é possível constatar oscilações no número de refeições servidas durante o período em análise, sendo que, apesar de se verificar um



acréscimo entre o ano letivo 2019/2020 e 2020/2021, o número de refeições servidas no ano letivo mais recente mantém-se inferior ao inicial (i.e., em 2016/2017).

Refeições servidas					
Ano Letivo	2016/2017	2017/2018	2018/2019	2019/2020	2020/2021
N.º de Refeições	74171	68429	73159	43921	54280

Tabela 6 – Número de refeições servidas no período de 2016/2017 a 2020/2021

Transportes escolares

A Tabela 7 refere-se ao número de beneficiários de transportes escolares. Os valores apresentados revelam uma diminuição do número de alunos a usufruir dos transportes, desde o ano letivo 2016/2017 a 2020/2021.

Transportes escolares					
Ano Letivo	2016/2017	2017/2018	2018/2019	2019/2020	2020/2021
N.º de Beneficiários	545	541	524	501	497

Tabela 7 – Número de beneficiários de transportes escolares no período de 2016/2017 a 2020/2021

Ação social escolar

A ação social escolar, prevista no artigo 30.º da Lei de Bases do Sistema Educativo, aplica critérios de discriminação positiva que visam a compensação social e educativa dos alunos economicamente mais carenciados. Estes critérios traduzem-se em ações como a comparticipação em refeições, serviços de cantina, transportes, alojamento, manuais e material escolar e, ainda, a atribuição de bolsas de estudo.

O Gráfico 10 evidencia o número de apoios atribuídos pela ação social escolar da Unidade Orgânica da Escola Básica Integrada da Maia, nomeadamente a comparticipação em manuais escolares, material escolar, óculos e alimentação.

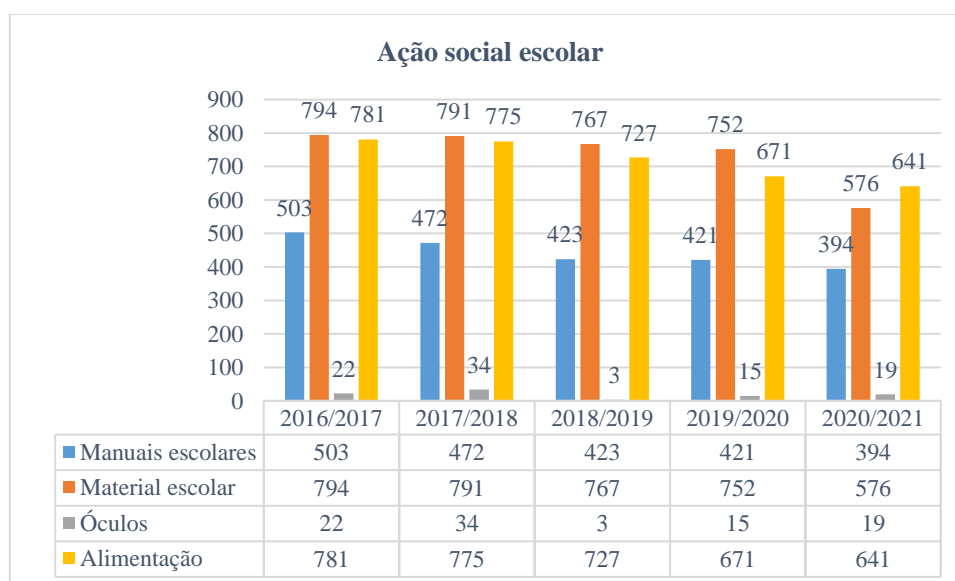


Gráfico 10 – Apoios atribuídos no âmbito da ação social escolar de 2016/2017 a 2020/2021

Ao analisar o gráfico referente à ação social escolar, verifica-se, no geral, uma diminuição no número de apoios atribuídos no ano letivo 2020/2021 comparativamente a 2016/2017. Particularmente, no que diz respeito à comparticipação na aquisição de óculos, o maior número de apoios foi registado em 2017/2018. Ainda, é de salientar que os tipos de apoio mais frequentes são o material escolar e a alimentação.

Outras atividades/projetos

No período compreendido entre os anos letivos 2016/2017 e 2020/2021, a Unidade Orgânica da Escola Básica Integrada da Maia disponibilizou aos seus alunos atividades/projetos, extras à matriz curricular de cada nível de ensino, que permitem o contacto e o desenvolvimento de competências em determinadas áreas, como o ambiente, a cultura, o desporto e a tecnologia. A Tabela 8 ilustra as iniciativas adotadas em cada ano letivo e reflete um aumento da oferta de diferentes atividades/projetos.

Atividades/projetos					
Identificação da atividade/projeto	2016/2017	2017/2018	2018/2019	2019/2020	2020/2021
Empreendedorismo					
Eco-Escolas					
Clube Verd'Art					
Clube de Robótica					
Clube de Xadrez					
Clube da Matemática Divertida					
Clube Europeu					
Atividades Desportivas Escolares					
Clube da Proteção Civil					
Clube de Música					
Serviços de Desporto de São Miguel					
Projeto Sala Extra					

Tabela 8 – Atividades/projetos disponíveis de 2016/2017 a 2020/2021

▪ Unidade Orgânica da Escola Básica Integrada de Ribeira Grande

Caracterização física

A Unidade Orgânica da Escola Básica Integrada de Ribeira Grande dispõe de cinco valências de educação pré-escolar e do 1.º ciclo, localizadas nas freguesias de Ribeirinha, Matriz, Conceição, Ribeira Seca e Santa Bárbara. A escola localizada na Matriz, além da educação pré-escolar e do 1.º ciclo, apresenta uma valência do 2.º ciclo, que abarca os alunos de todas as freguesias desta unidade orgânica (cf. com Figura 6, escola apresentadas por ordem de nomeação da freguesia respetiva, da esquerda para a direita).



Figura 6 – Escolas que compõem a Unidade Orgânica da Escola Básica Integrada de Ribeira Grande

Número de salas de aula

A Tabela 9 evidencia o número de salas de aula disponíveis, no total da unidade orgânica, para cada nível de ensino, ao longo do período em análise. Assim, verifica-se um decréscimo no número total de salas. Ao comparar o ano letivo 2016/2017 com 2020/2021, esta diminuição é aplicável ao número de salas de aula afetas à educação pré-escolar e ao 2.º ciclo, porém o 1.º ciclo conta com o mesmo número de salas de aula.

Oferta de salas de aula					
Nível de Ensino/Ano Letivo	2016/2017	2017/2018	2018/2019	2019/2020	2020/2021
Educação Pré-escolar	17	17	15	16	16
1.º Ciclo	42	44	44	46	42
2.º Ciclo	27	26	26	22	22
Total	86	87	85	84	80

Tabela 9 – Oferta de salas de aula no período de 2016/2017 a 2020/2021

Por sua vez, o edifício da EB 1, 2/JI Gaspar Frutuoso tem uma área bruta de construção de 14.275 m² e foi projetado para 1100 alunos da educação pré-escolar, do 1.º e 2.º Ciclos do ensino básico e da educação especial. Contempla dez salas de atividades para a educação pré-escolar e 38 salas de aula para o 1.º e 2.º Ciclos, um laboratório de ciências da natureza, dois laboratórios de informática, duas salas de música, duas salas de educação tecnológica, duas salas de educação artística, espaços de convívio, secretaria, espaços de administração e gestão, mediateca, auditório com capacidades para 200 lugares, cozinha, refeitório e pavilhão polidesportivo.

Número de matrículas

O Gráfico 11 corresponde ao número de matrículas na educação pré-escolar, designadamente no ensino regular e na educação especial (i.e., Programas Específicos do

Regime Educativo Especial), desde o ano letivo 2016/2017 a 2020/2021. Ao comparar 2016/2017 com 2020/2021, os dados demonstram um decréscimo no número de matrículas no ensino regular e, por outro lado, um aumento no número de matrículas na educação especial.

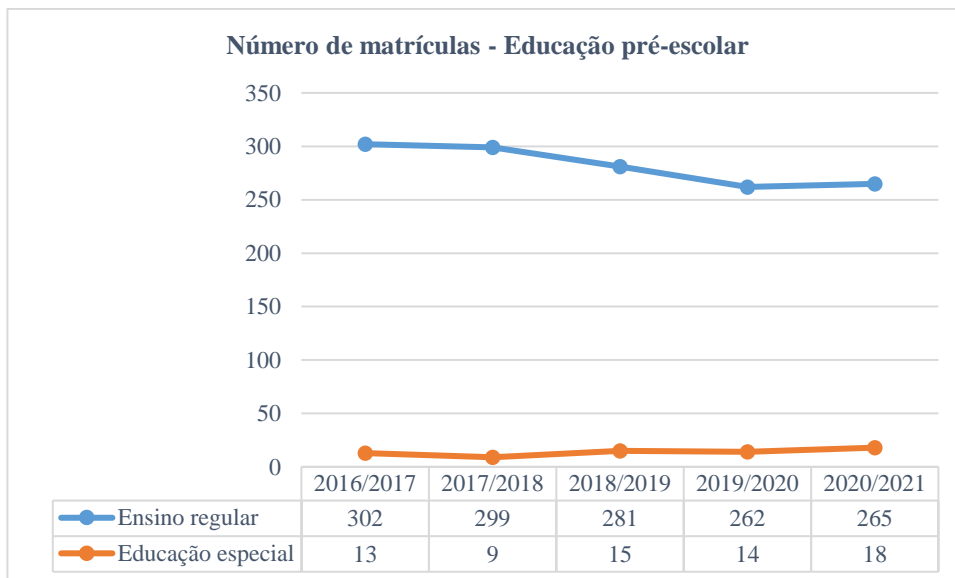


Gráfico 11 – Número de matrículas na educação pré-escolar no período de 2016/2017 a 2020/2021

O Gráfico 12 refere-se ao número de matrículas no 1.º ciclo e discrimina o ensino regular, o ensino não regular e a educação especial. Assim, no ano letivo 2020/2021, verifica-se uma diminuição do número de matrículas no ensino regular e no ensino não regular e um aumento na educação especial, comparativamente a 2016/2017.

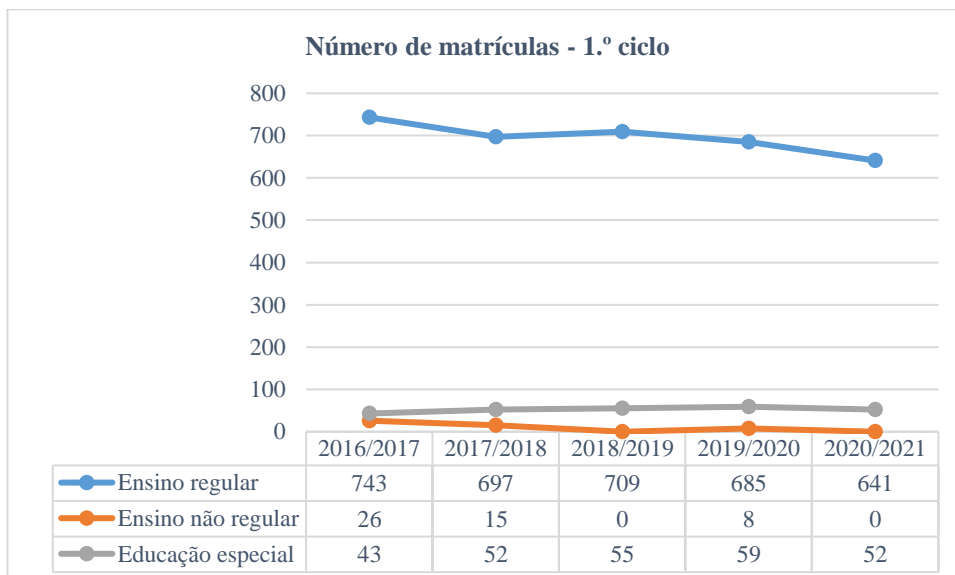


Gráfico 12 – Número de matrículas no 1.º ciclo no período de 2016/2017 a 2020/2021



O Gráfico 13, por sua vez, reporta-se ao 2.º ciclo. Neste nível de ensino, é possível averiguar um decréscimo no número de matrículas no ensino regular, no ensino não regular e na educação especial, ao comparar o ano letivo 2016/2017 com 2020/2021.

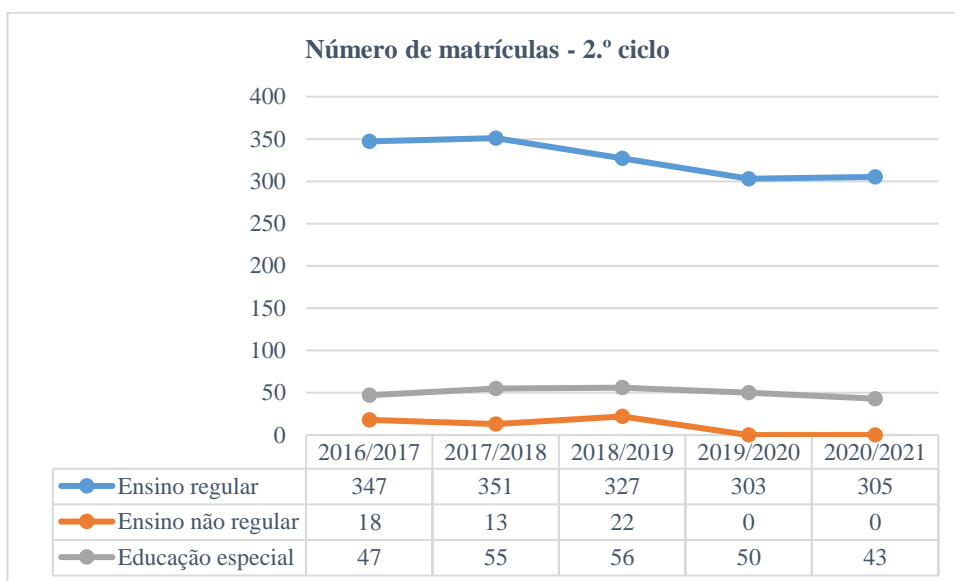


Gráfico 13 – Número de matrículas no 2.º ciclo no período de 2016/2017 a 2020/2021

Taxas de transição e retenção

Os gráficos seguintes ilustram as taxas de transição e retenção no ensino regular dos 1.º e 2.º ciclos, desde o ano letivo 2016/2017 a 2020/2021. Novamente, considerando o carácter facultativo da educação pré-escolar, esta informação não se aplica a este nível de ensino.

Através da análise do Gráfico 14, é possível constatar um aumento na taxa de retenção no ensino regular do 1.º ciclo em 2020/2021, comparativamente a 2016/2017. Durante o período em análise a taxa de transição mais elevada e, conseqüentemente, a menor taxa de retenção, verificaram-se no ano letivo 2019/2020.

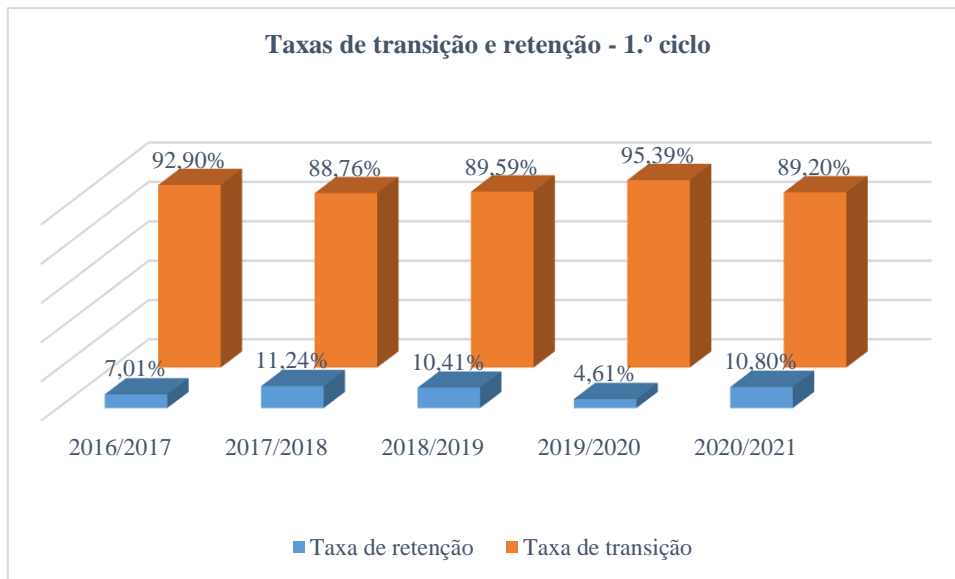


Gráfico 14 – Taxas de transição e retenção no ensino regular no 1.º ciclo de 2016/2017 a 2020/2021

O Gráfico 15 refere-se ao ensino regular do 2.º ciclo. Os dados demonstram taxas de transição significativamente elevadas durante os cinco anos letivos. No entanto, desde o ano letivo 2018/2019, verifica-se um aumento da taxa de retenção.

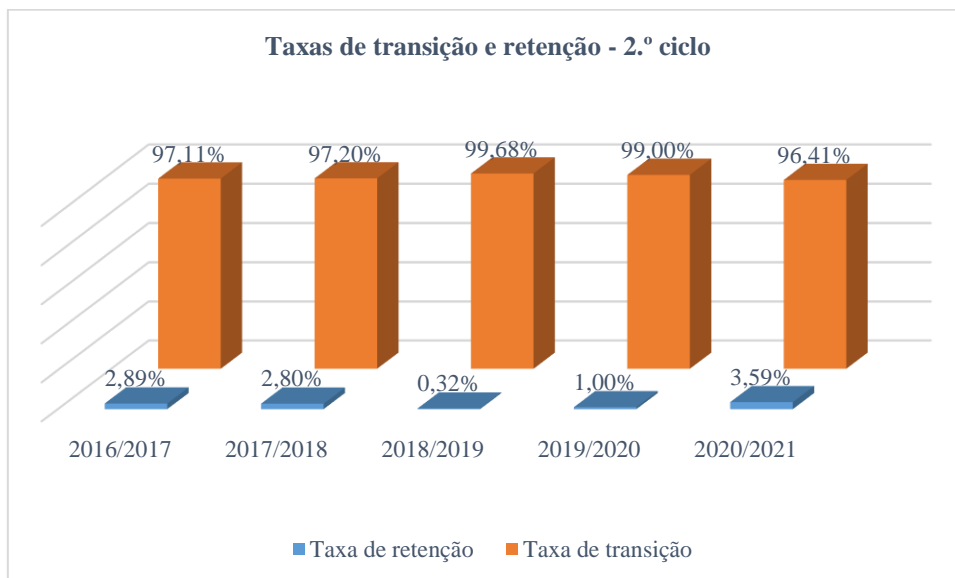


Gráfico 15 – Taxas de transição e retenção no ensino regular no 2.º ciclo de 2016/2017 a 2020/2021

Refeições servidas

A Tabela 10 demonstra o número de refeições servidas em contexto de refeitório pela Unidade Orgânica da Escola Básica Integrada de Ribeira Grande, entre o ano letivo 2016/2017 e 2020/2021. Assim, à exceção do ano letivo 2018/2019, os dados refletem uma diminuição do número de refeições servidas ao longo do período em questão.

Refeições servidas					
Ano Letivo	2016/2017	2017/2018	2018/2019	2019/2020	2020/2021
N.º de Refeições	171942	161876	164687	103908	77433

Tabela 10 – Número de refeições servidas no período de 2016/2017 a 2020/2021

Transportes escolares

No que concerne ao número de beneficiários de transportes escolares, a Tabela 11 evidencia, ao contrário do número de refeições, um aumento do ano letivo 2016/2017 a 2020/2021, com exceção de 2018/2019.

Transportes escolares					
Ano Letivo	2016/2017	2017/2018	2018/2019	2019/2020	2020/2021
N.º de Beneficiários	397	402	249	406	436

Tabela 11 – Número de beneficiários de transportes escolares no período de 2016/2017 a 2020/2021

Ação social escolar

Em conformidade com o artigo 30.º da Lei de Bases do Sistema Educativo, a ação social escolar da Unidade Orgânica da Escola Básica Integrada de Ribeira Grande, durante o período compreendido entre os anos letivos 2016/2017 e 2020/2021, participou na aquisição de manuais escolares. Os dados referentes à participação de material escolar, óculos e alimentação não se encontram disponíveis.

Ao analisar o Gráfico 16, verifica-se que o número de participações em manuais escolares sofreu oscilações durante o período em análise, sendo que o ano letivo 2019/2020 regista o maior número de apoios, seguindo-se o menor número, em 2020/2021.

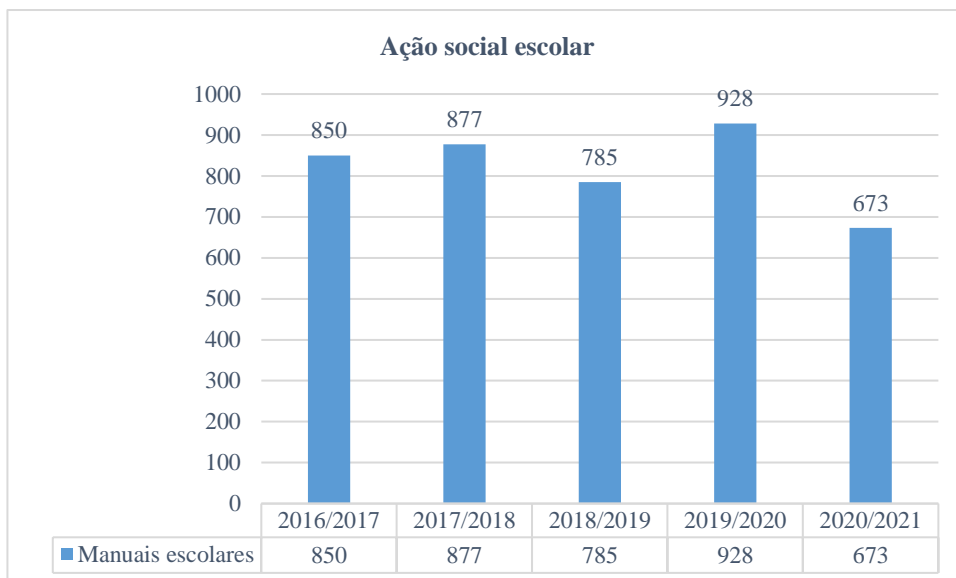


Gráfico 16 – Apoios atribuídos no âmbito da ação social escolar de 2016/2017 a 2020/2021

Outras atividades/projetos

A Unidade Orgânica da Escola Básica Integrada de Ribeira Grande, de 2016/2017 a 2020/2021, dispôs de ofertas extra curriculares em áreas como a arte, a cultura, o desporto, o ambiente e, ainda, o lazer. Conforme se constata na Tabela 12, as atividades/projetos apresentaram uma natureza diversificada, surgindo diferentes iniciativas ao longo do período em questão. É de realçar o Clube de Cerâmica que se manteve durante os cinco anos letivos.

Atividades/projetos					
Identificação da atividade/projeto	2016/2017	2017/2018	2018/2019	2019/2020	2020/2021
Clube de Música					
Clube de Rádio					
Clube de Cerâmica					
Clube de Proteção Civil					
Clube de Leitura					
Atividades Desportivas Escolares					
Clube da Europa e À Descoberta da Ciência					
Salas de Estudo					
Clube de Snooker					
Clube de Robótica					
Clube de Ambiente					
Clube de Teatro					

Tabela 12 – Atividades/projetos disponíveis de 2016/2017 a 2020/2021

▪ Unidade Orgânica da Escola Básica Integrada de Rabo de Peixe

Caracterização física

A Unidade Orgânica da Escola Básica Integrada de Rabo de Peixe é composta por cinco valências de educação pré-escolar e do 1.º ciclo, situadas nas freguesias de Calhetas, Pico da Pedra e três na vila de Rabo de Peixe. Além disso, Rabo de Peixe conta com uma valência do 2.º e 3.º ciclos que dá resposta aos alunos de todas as freguesias da unidade orgânica (cf. com Figura 7, escola apresentadas por ordem de nomeação da freguesia/vila respetiva, da esquerda para a direita).



Figura 7 – Escolas que compõem a Unidade Orgânica da Escola Básica Integrada de Rabo de Peixe

Número de salas de aula

A Tabela 13 alude ao número de salas de aula disponíveis para cada nível de ensino na Unidade Orgânica da Escola Básica Integrada de Rabo de Peixe. Ao longo dos cinco anos letivos, verificou-se um aumento progressivo do número total de salas de aula até 2018/2019, porém em 2019/2020 e em 2020/2021 esta unidade orgânica apresenta um menor número de salas de aula comparativamente ao início do período em análise. Quanto às salas afetas aos níveis de ensino, o 3.º ciclo distingue-se dos restantes, ao contar com um maior número em 2020/2021 do que em 2016/2017.

Oferta de salas de aula					
Nível de Ensino/Ano Letivo	2016/2017	2017/2018	2018/2019	2019/2020	2020/2021
Educação Pré-escolar	21	21	22	20	19
1.º Ciclo	58	62	63	57	54
2.º Ciclo	23	22	21	20	21
3.º Ciclo	19	19	19	20	23
Total	121	124	125	117	117

Tabela 13 – Oferta de salas de aula no período de 2016/2017 a 2020/2021



No que se refere, particularmente, à Escola Rui Galvão de Carvalho, o edifício tem uma área bruta de construção de 8.999 m² e foi projetado para 800 alunos do 2.º e 3.º Ciclos do ensino básico. Dispõe de 36 salas de aula, um laboratório de ciências da natureza, três salas de informática, um laboratório de física/química, três salas de música, cinco salas de educação visual e tecnológica, espaços de convívio, secretaria, espaços de administração e gestão, mediateca, auditório com capacidade para 150 lugares, cozinha, refeitório e pavilhão desportivo. Além disso, a escola apresenta um corpo de ligação ao edifício de educação especial, que, por sua vez, tem uma área bruta de construção de 2.665 m² e envolve o núcleo de educação especial, salas de aula, salas de educação plástica, gabinetes e outros espaços de apoio.

Número de matrículas

Através da análise do Gráfico 17, é possível constatar o número de matrículas na educação pré-escolar, designadamente no ensino regular e na educação especial, isto é, nos Programas Específicos do Regime Educativo Especial, desde o ano letivo 2016/2017 a 2020/2021. Assim, verifica-se um decréscimo no número de matrículas no ensino regular, à exceção do ano letivo 2019/2020. Por sua vez, a educação especial conta com alunos matriculados apenas em 2016/2017.

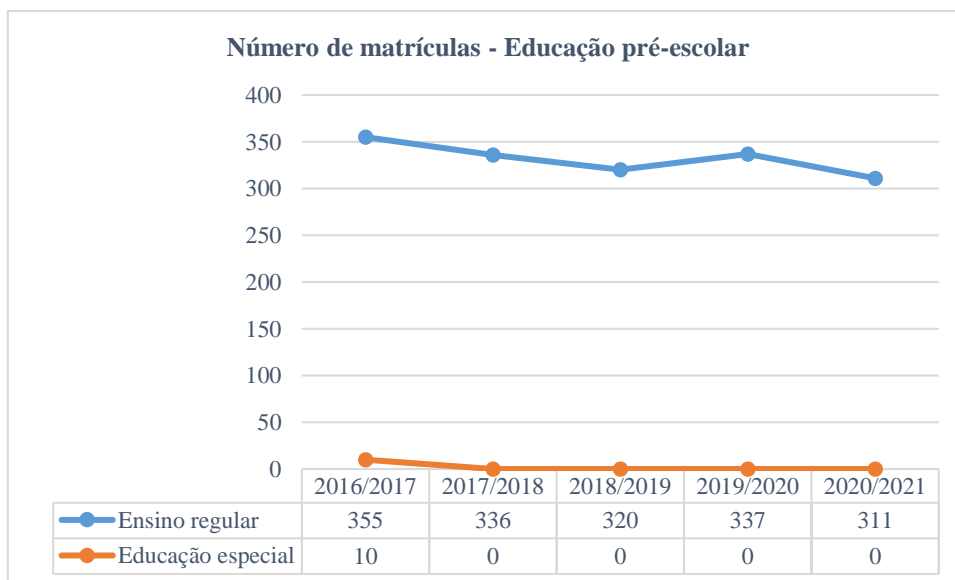


Gráfico 17 – Número de matrículas na educação pré-escolar no período de 2016/2017 a 2020/2021

O Gráfico 18 corresponde ao 1.º ciclo e abarca o número de matrículas no ensino regular, no ensino não regular e na educação especial. No caso do ensino regular e do não regular, os dados evidenciam, após um aumento significativo de 2016/2017 para 2017/2018, uma diminuição gradual no número de matrículas até ao ano letivo

2020/2021. No que se refere à educação especial, o número mais elevado de matrículas também se verifica em 2017/2018, porém, seguido de um decréscimo no ano letivo 2018/2019, aumenta progressivamente até 2020/2021.

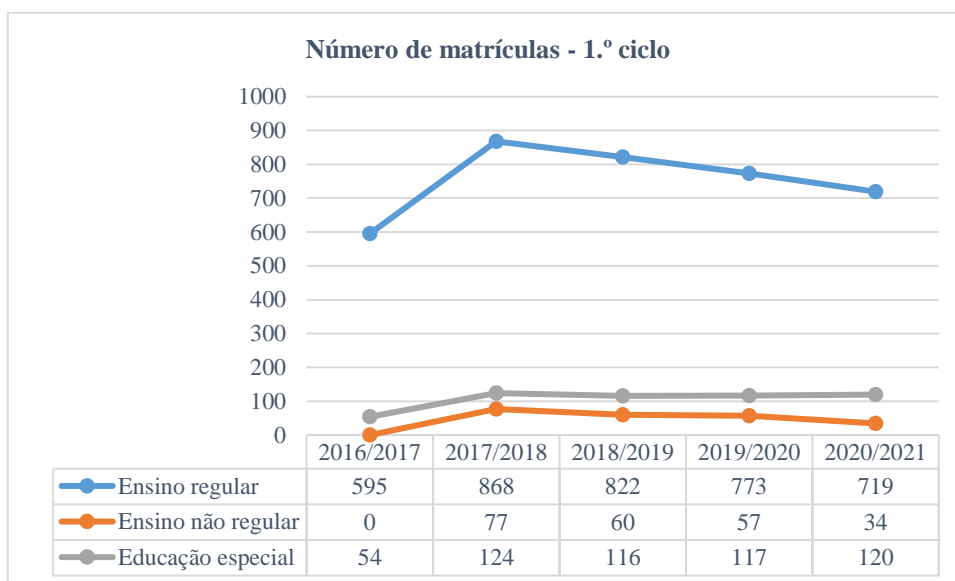


Gráfico 18 – Número de matrículas no 1.º ciclo no período de 2016/2017 a 2020/2021

O Gráfico 19 demonstra o número de matrículas no ensino regular, no ensino não regular e na educação especial do 2.º ciclo, durante os cinco anos letivos em questão. Ao comparar o ano letivo 2020/2021 com 2016/2017, constata-se um aumento no número de matrículas no ensino regular e, por outro lado, uma diminuição no ensino não regular. A educação especial é caracterizada pela ausência de matrículas de 2017/2018 a 2020/2021.

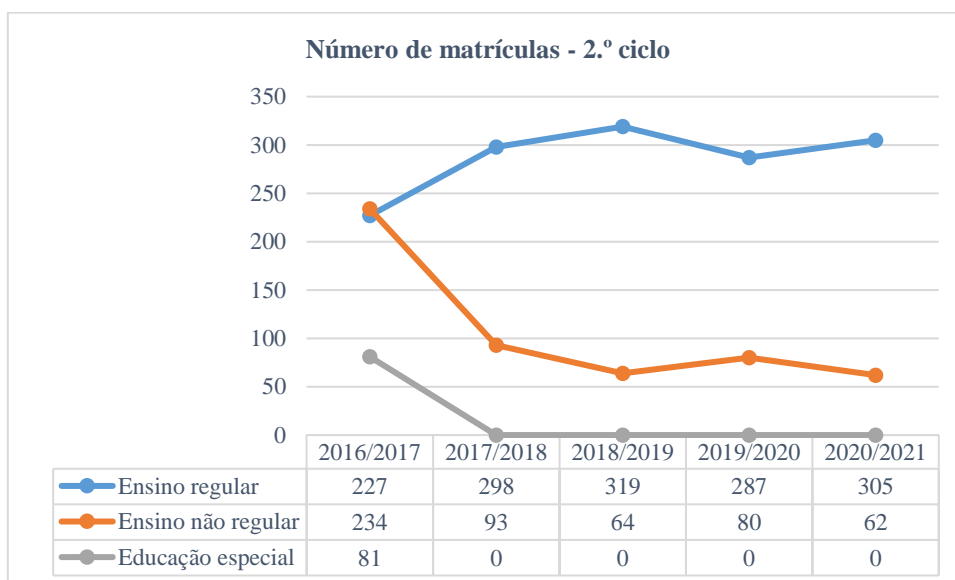


Gráfico 19 – Número de matrículas no 2.º ciclo no período de 2016/2017 a 2020/2021

No Gráfico 20 constam os dados relativos ao número de matrículas no 3.º ciclo. O período em análise é caracterizado por oscilações no número de alunos matriculados

nas três modalidades de ensino. Contudo, é possível verificar um aumento transversal do número de matrículas em 2020/2021 comparativamente a 2016/2017.

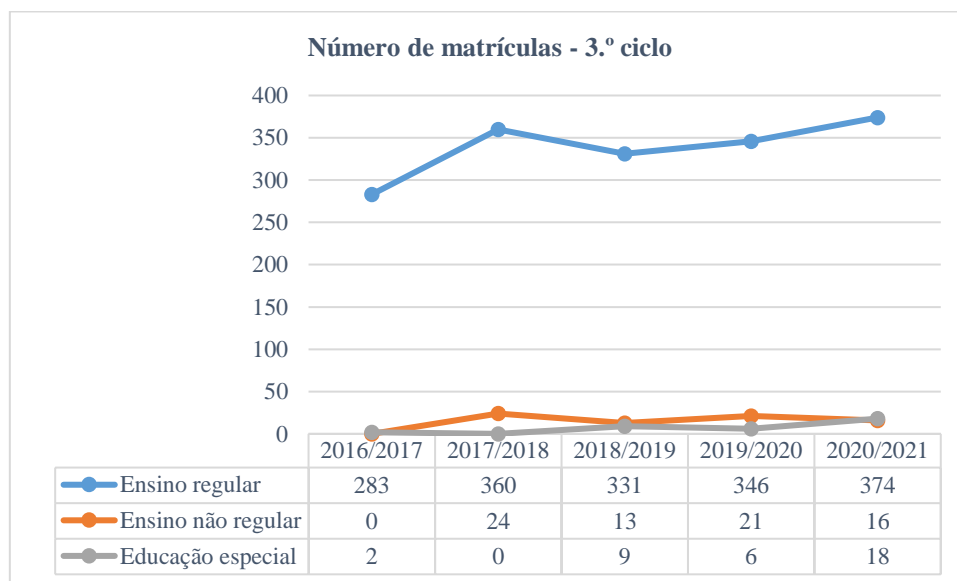


Gráfico 20 – Número de matrículas no 3.º ciclo no período de 2016/2017 a 2020/2021

Taxas de transição e retenção

Dados não disponíveis.

Refeições servidas

A Tabela 14 reporta-se às refeições servidas em contexto de refeitório pela Unidade Orgânica da Escola Básica Integrada de Rabo de Peixe. A análise dos dados permite constatar que o número de refeições servidas decresceu de forma contínua no decorrer do período em análise.

Refeições servidas					
Ano Letivo	2016/2017	2017/2018	2018/2019	2019/2020	2020/2021
N.º de Refeições	187707	184569	171187	113147	54746

Tabela 14 – Número de refeições servidas no período de 2016/2017 a 2020/2021

Transportes escolares

No que diz respeito ao número de beneficiários de transportes escolares, a Tabela 15 demonstra um aumento 2016/2017 a 2019/2020. Por outro lado, em 2020/2021 regista-se o menor número.

Transportes escolares					
Ano Letivo	2016/2017	2017/2018	2018/2019	2019/2020	2020/2021
N.º de Beneficiários	193	193	198	203	155

Tabela 15 – Número de beneficiários de transportes escolares no período de 2016/2017 a 2020/2021



Ação social escolar

A Unidade Orgânica da Escola Básica Integrada de Rabo de Peixe, através da ação social escolar, contemplada no artigo 30.º da Lei de Bases do Sistema Educativo, no período compreendido entre os anos letivos 2016/2017 e 2020/2021, participou na aquisição de manuais escolares, material escolar, óculos e alimentação.

O Gráfico 21 ilustra o número e tipos de apoios atribuídos. Assim, ao comparar o ano letivo 2020/2021 com 2016/2017, verifica-se um decréscimo no número de participações, à exceção dos manuais escolares. É de salientar que o apoio mais frequente destina-se à aquisição de material escolar.

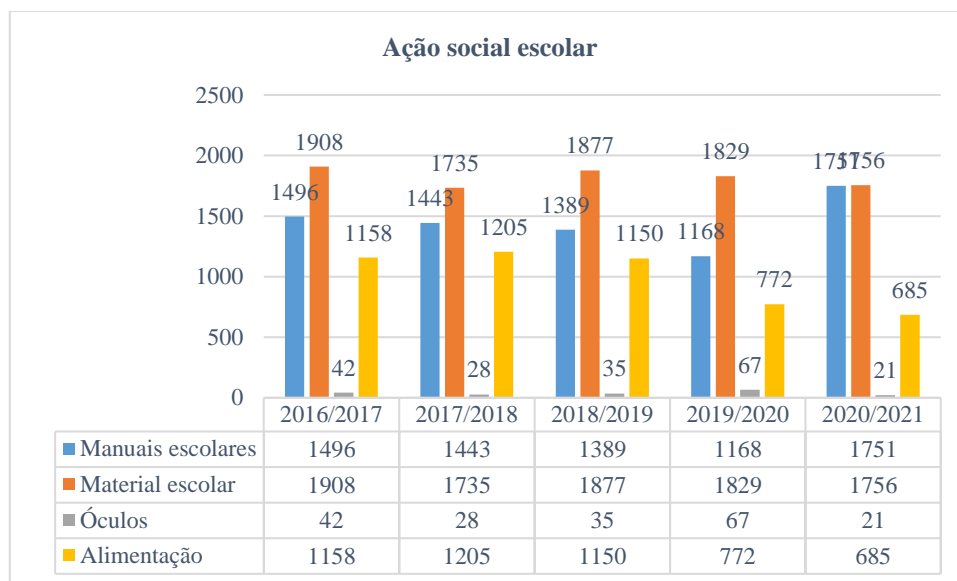


Gráfico 21 - Apoios atribuídos no âmbito da ação social escolar de 2016/2017 a 2020/2021

Outras atividades/projetos

Dados não disponíveis.



5.2.2. Ensino secundário

▪ Escola Secundária da Ribeira Grande

Caracterização física

A Escola Secundária da Ribeira Grande abarca uma valência do 3.º ciclo do ensino básico e uma do ensino secundário. Apresenta uma vasta oferta educativa, na medida em que disponibiliza, paralelamente ao ensino regular e aos cursos científico-humanísticos, diferentes modalidades de ensino inseridas nos percursos escolares alternativos, inclusive os cursos profissionais.



Figura 8 – Escola Secundária da Ribeira Grande

Número de salas de aula

No que concerne aos espaços de aula, a Escola Secundária da Ribeira Grande integra 36 salas de aula, duas salas de educação visual, uma sala de educação tecnológica, quatro laboratórios de informática e um laboratório de física/química. A par dos espaços disponíveis para aulas, a escola dispõe de espaços de convívio, secretaria, espaços de administração e gestão, biblioteca, cozinha, refeitório, auditório e pavilhão polidesportivo.

Número de matrículas

O Gráfico 22 reflete a evolução do número de matrículas no 3.º ciclo do ensino básico, desde o ano letivo 2016/2017 a 2020/2021. Assim, no caso do ensino regular, verifica-se, no geral, um decréscimo no número de matrículas, sendo exceção apenas o ano letivo 2018/2019. Esta diminuição é extensível ao ensino não regular no período de 2016/2017 a 2019/2020, porém constata-se um ligeiro aumento em 2020/2021. Por sua vez, o número de matrículas em educação especial sofre oscilações significativas, sendo os anos letivos 2018/2019 e 2020/2021 marcados pela ausência de matrículas.

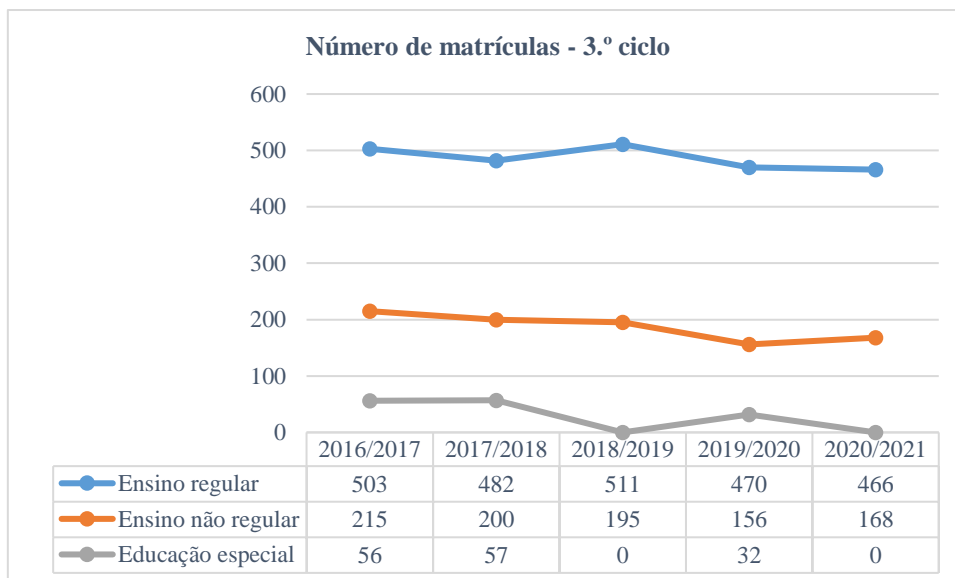


Gráfico 22 – Número de matrículas no 3.º ciclo no período de 2016/2017 a 2020/2021

O Gráfico 23 reporta-se ao número de matrículas no ensino secundário. Ao comparar os valores verificados no ano letivo 2016/2017 com os referentes a 2020/2021, constata-se um decréscimo no número de matrículas no ensino regular e um ligeiro aumento no ensino não regular. O ano letivo 2018/2019 regista os valores mais díspares, com o maior número de matrículas no ensino regular e o menor número no ensino não regular. É de referir que, no que diz respeito à educação especial, os Programas Específicos do Regime Educativo Especial não conferem certificação académica equivalente ao ensino secundário.

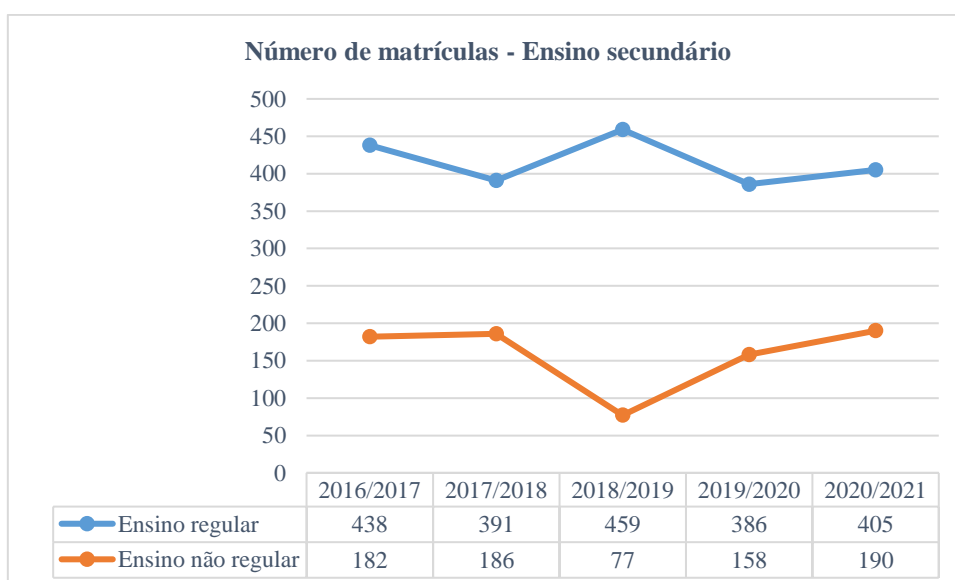


Gráfico 23 – Número de matrículas no ensino secundário no período de 2016/2017 a 2020/2021

Taxas de transição e retenção

O Gráfico 24 ilustra as taxas de transição e retenção relativas ao ensino regular do 3.º ciclo, nos anos letivos 2016/2017 a 2020/2021. Durante este período, as taxas de transição e, conseqüentemente, de retenção não sofreram alterações significativas, à exceção do ano letivo 2019/2020, marcado por uma taxa de transição mais elevada.

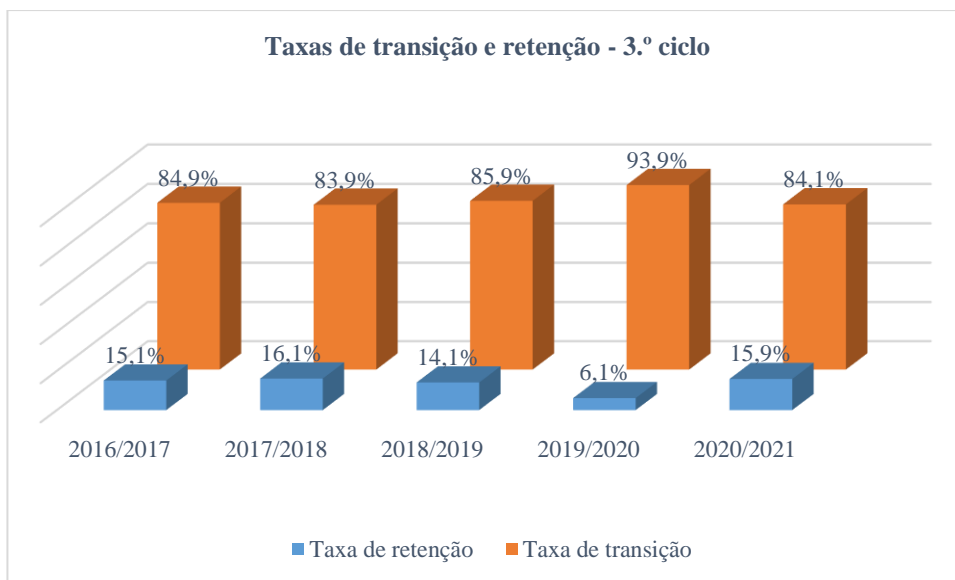


Gráfico 24 – Taxas de transição e retenção no ensino regular no 3.º ciclo de 2016/2017 a 2020/2021

Ao analisar o Gráfico 25, constata-se um aumento da taxa de transição no ensino regular do ensino secundário, ao comparar o ano letivo 2016/2017 com 2020/2021. A taxa de transição mais elevada foi registada em 2019/2020 e, por outro lado, o ano letivo com a maior taxa de retenção corresponde a 2018/2019.

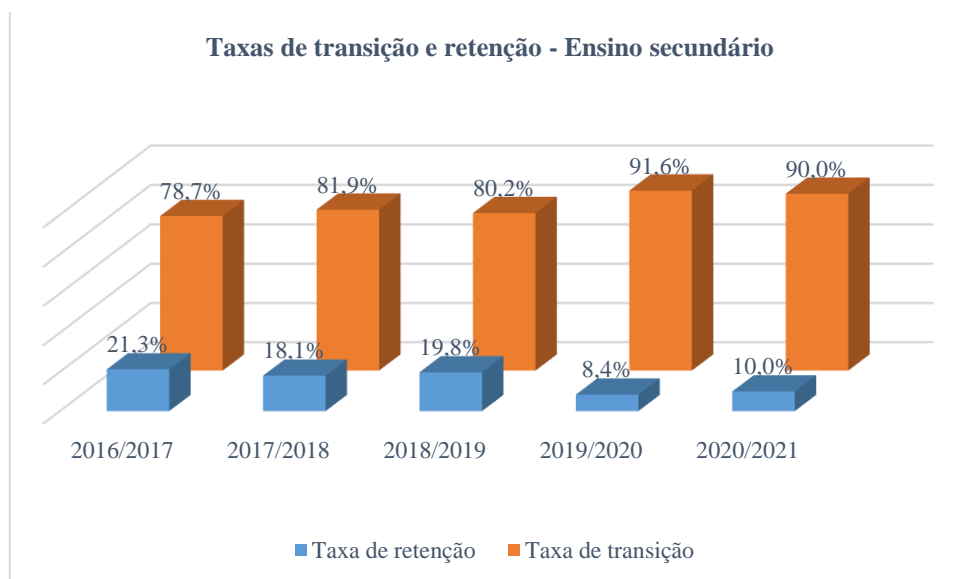


Gráfico 25 – Taxas de transição e retenção no ensino regular no ensino secundário de 2016/2017 a 2020/2021

Refeições servidas

No que concerne ao número de refeições servidas no refeitório da Escola Secundária da Ribeira Grande, a Tabela 16 evidencia um decréscimo gradual no período compreendido entre 2016/2017 e 2020/2021. É de salientar que esta diminuição acentuou-se no ano letivo 2020/2021.

Refeições servidas					
Ano Letivo	2016/2017	2017/2018	2018/2019	2019/2020	2020/2021
N.º de Refeições	34564	33361	31196	26199	15214

Tabela 16 – Número de refeições servidas no período de 2016/2017 a 2020/2021

Transportes escolares

A Tabela 17 refere-se ao número de beneficiários de transportes escolares. Os dados demonstram uma diminuição de 2016/2017 a 2019/2020, porém no ano letivo 2020/2021 verifica-se um ligeiro aumento do número de beneficiários.

Transportes escolares					
Ano Letivo	2016/2017	2017/2018	2018/2019	2019/2020	2020/2021
N.º de Beneficiários	712	689	618	581	585

Tabela 17 – Número de beneficiários de transportes escolares no período de 2016/2017 a 2020/2021

Ação social escolar

O Gráfico 26 reflete os apoios atribuídos pela Escola Secundária da Ribeira Grande, no âmbito da ação social escolar, prevista no artigo 30.º da Lei de Bases do Sistema Educativo. Neste sentido, os apoios incidiram na participação na aquisição de manuais escolares, material escolar e óculos. Os dados relativos aos apoios no âmbito da alimentação não se encontram disponíveis.

A análise dos dados permite constatar oscilações no número de apoios atribuídos durante os cinco anos letivos. No entanto, ao comparar 2016/2017 com 2020/2021, verifica-se um decréscimo do número de participações em material escolar e óculos e, por outro lado, um aumento em manuais escolares. É de realçar que os tipos de apoio mais frequentes são os manuais e material escolar (cf. com Gráfico 26).

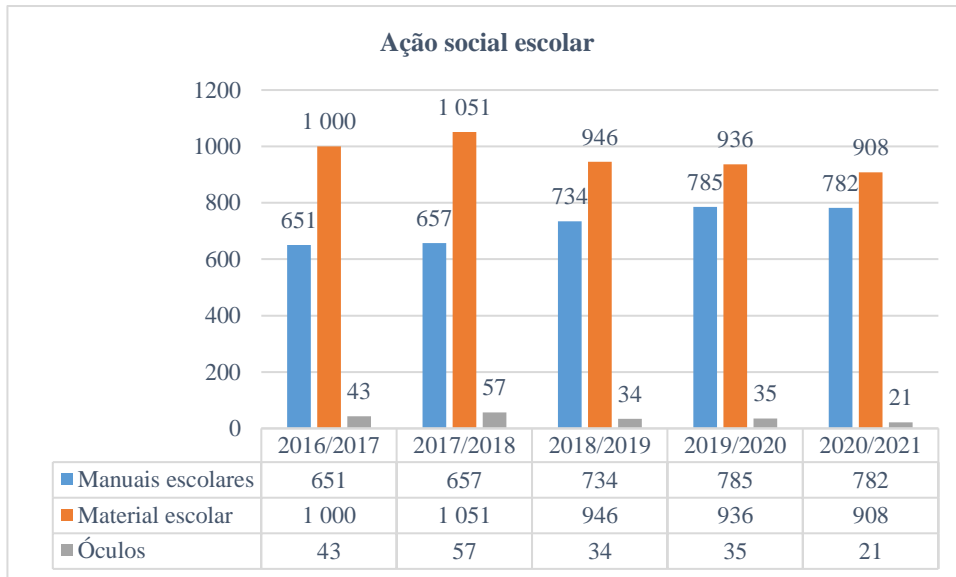


Gráfico 26 – Apoios atribuídos no âmbito da ação social escolar de 2016/2017 a 2020/2021

Outras atividades/projetos

Dados não disponíveis.

▪ Escola Profissional da Ribeira Grande

A Escola Profissional da Ribeira Grande, localizada na vila de Rabo de Peixe, iniciou atividade a 5 de fevereiro de 1998, com o intuito de promover a cultura e o ensino profissional na Ribeira Grande. Este estabelecimento de ensino é uma valência d’A Ponte Norte – Cooperativa de Ensino e Desenvolvimento da Ribeira Grande e assume como missão a qualificação profissional e profissionalizante dos recursos humanos e a promoção da cultura para o desenvolvimento da comunidade.

Aquando do período compreendido entre os anos letivos 2016/2017 e 2020/2021, a escola apresentou uma oferta formativa diversificada, ministrando cursos profissionais e cursos de educação e formação de adultos, nomeadamente do programa REATIVAR, formação intensiva, formação modular e de qualificação profissional.



Figura 9 – Escola Profissional da Ribeira Grande

No que concerne aos cursos profissionais, desde o ano letivo 2016/2017 a 2020/2021, a Escola Profissional da Ribeira Grande lecionou 13 cursos (cf. com Tabela 18), cada um com duração de três anos. Ao analisar a Tabela 18, é possível verificar, à exceção do ano letivo 2017/2018, um aumento do número de matrículas no ensino profissional. Quanto aos cursos ministrados, no decorrer do período em questão, os cursos Técnico de Receção e Técnico Comercial contaram com duas turmas. No caso do Técnico de Receção, a primeira turma concluiu os estudos em 2019/2020, ano letivo em que a segunda turma teve início. Por sua vez, no ano letivo 2020/2021, aquando do 2.º ano da primeira turma de Técnico Comercial, a escola deu início à segunda turma do curso.

Número de formandos					
Identificação do Curso	2016/2017	2017/2018	2018/2019	2019/2020	2020/2021
Técnico de Termalismo	25	23	23	-	-
Técnico de Turismo	25	24	24	-	-
Técnico de Produção Agrária/Produção Vegetal	18	17	-	-	-
Técnico de Artes Gráficas	21	21	-	-	-
Técnico de Animador Sociocultural	25	-	-	-	-
Técnico de Produção Agrária/Produção Animal	23	-	-	-	-
Técnico de Receção	-	25	25	50	25
Técnico de Informática de Gestão	-	22	19	18	-
Técnico de Condução de Obra/ Construção Tradicional e Ecoambiental	-	-	20	19	15
Técnico de Restauração - Restaurante/ Bar	-	-	22	22	21
Técnico Comercial	-	-	-	25	46
Técnico Auxiliar de Saúde	-	-	-	-	22
Técnico de Produção Agropecuária	-	-	-	-	14
Total	137	132	133	134	143

Tabela 18 – Número de formandos por curso profissional de 2016/2017 a 2020/2021

Relativamente à educação e formação de adultos, na Tabela 19 são identificados os cursos do programa REATIVAR (com equivalência ao 9.º e ao 12.º anos de escolaridade), de formação intensiva, de formação modular e de qualificação profissional que, entre 2016/2017 e 2020/2021, abarcaram um total de 664 formandos.



Cursos de educação e formação de adultos		
Tipo de Curso		Identificação do Curso
Programa Reativar	9.º Ano	Empregado de Andares
		Operador de Transformação de Pescado
		Empregado de Restaurante/ Bar
		Operador de Manutenção Hoteleira
	12.º Ano	Técnico de Jardinagem e Espaços Verdes
		Técnico de Apoio Familiar e à Comunidade
		Técnico de Ação Educativa
		Técnico de Eletrónica e Telecomunicações
		Mesa/Bar
Formação Intensiva		Empregado de Andares
Formação Modular		Introdução ao CAD - Construção Civil
		Organização e Funcionamento do Serviço de Andares
		Processos e Métodos de Correção/Fertilização do Solo
		Medições
		Práticas de Segurança, Higiene e Saúde no Serviço de Andares em Hotelaria
		Processos e Métodos de Limpeza de Quartos, Casas de Banho, Andares e Zonas Comuns
		Nutrição e Alimentação Animal
		Noções Básicas de Orçamentação
		Orçamentos - Autos de Medição
		Instalação, Manutenção e Colheita de Culturas Forrageiras
		Organização e Funcionamento dos Serviços de Lavandaria/Rouparia
		Projeto de Especialidades
		Língua Estrangeira - Iniciação de Inglês
		Língua Estrangeira - Continuação de Inglês
		Segurança Elétrica
		Instalações ITED - Generalidades
		Instalação de Tubagem de Polipropileno para Lavandaria e Polibã e de Polipropileno Reticulado em Cozinha e Casa de Banho
Qualificação Profissional		Serviço de Andares - Iniciação
		Serviço de Andares - Continuação
		Receção

Tabela 19 – Cursos de educação e formação de adultos ministrados de 2016/2017 a 2020/2021

5.2.3. Ensino superior

▪ Universidade Aberta

Os Ribeiragrândenses dispõem de uma instituição de ensino superior à distância, a Universidade Aberta, a qual conta com a parceria da Câmara Municipal da Ribeira Grande.

A Universidade Aberta (UAb), fundada em 1988, é a única instituição de ensino superior público à distância em Portugal e atua sob a missão de formar, capacitar e promover o acesso ao saber, adotando práticas pedagógicas inclusivas e sustentáveis. Neste sentido, nas suas atividades de ensino, recorre às mais avançadas metodologias e tecnologias de ensino à distância, orientadas para a educação sem fronteiras geográficas nem barreiras físicas.

No que se refere à oferta pedagógica, a UAb apresenta formação superior, nomeadamente licenciaturas, mestrados, doutoramentos e pós-graduações e, ainda, Cursos de Aprendizagem ao Longo da Vida. Considerando a vasta oferta disponível, a Tabela 20 reúne os endereços de acesso aos cursos existentes, de acordo com o respetivo ciclo/tipo de estudos. É de salientar que toda a formação lecionada pela UAb está integrada no Processo de Bolonha e é realizada em regime de *elearning*.

Oferta pedagógica	
Ciclo/Tipo de Estudos	URL da Oferta Disponível
Licenciatura	https://guiadoscursos.uab.pt/
Mestrado	https://guiadoscursos.uab.pt/mestrados/
Doutoramento	https://guiadoscursos.uab.pt/doutoramentos/
Pós-Graduação	https://portal.uab.pt/alv/programasalv/pos-graduacoes/
Aprendizagem ao Longo da Vida	https://portal.uab.pt/alv/
Aula Aberta	https://aulaberta.uab.pt/

Tabela 20 – Oferta pedagógica da Universidade Aberta

6. Respostas Sociais no Concelho da Ribeira Grande

A par das instituições de ensino público existentes, o município da Ribeira Grande conta com respostas sociais cujo público-alvo envolve crianças e jovens. Neste sentido, intervêm no concelho doze Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS), com valências na área da infância e juventude, de seguida identificadas.

▪ Casa do Povo dos Fenais da Ajuda

O Centro de Atividades de Tempos Livres (CATL) da Casa do Povo dos Fenais da Ajuda é a valência da instituição responsável pela intervenção com crianças e jovens.

▪ Centro Social e Paroquial da Maia – Centro Comunitário Cais do Remar

O Centro Comunitário Cais do Remar localiza-se na freguesia dos Fenais da Ajuda e disponibiliza às crianças e jovens apoio escolar e outras atividades, como as artes circenses, yoga e meditação, desporto, atividades ao ar livre e música (i.e., bombos).

▪ Casa do Povo da Maia

As crianças e jovens da Maia e das freguesias limítrofes beneficiam, através da Casa do Povo, da Biblioteca Infantojuvenil Professora Doutora Maria da Graça Castanho, do Centro de Informática e Multimédia, do CATL de São Brás, do ATL (Atividades de Tempos Livres) da Lomba de São Pedro e da creche da Casa do Povo da Maia.

▪ Santa Casa da Misericórdia do Divino Espírito Santo da Maia

As valências da Santa Casa da Misericórdia do Divino Espírito Santo da Maia com intervenção na infância e juventude são a Casa de Acolhimento Residencial “Gruta



de Belém” e a rede de CATL’s, designadamente “Os Panteras” (Fenais da Ajuda), “Os Pandas” (Ribeira Funda), “Os Grilos” (Lomba da Maia), “Os Ratos”, “Os Esquilos”, “Os Sapos” e “Os Tigres” (Maia), “Os Gatinhos” (São Brás) e “Os Coelhoos” (Porto Formoso), os quais integram os CATL’s municipais.

- **Casa do Povo da Ribeirinha**

A Casa do Povo da Ribeirinha alberga dois grupos de CATL’s municipais, “Os Brincalhões 1” e “Os Brincalhões 2”.

- **Casa do Povo da Ribeira Grande**

Os CATL’s municipais “Anjo Bom”, “Anjo da Guarda” e “Nossa Senhora da Estrela” e o ATL “Os Traquinas” são respostas disponibilizadas pela Casa do Povo da Ribeira Grande para as crianças e jovens do concelho.

- **Santa Casa da Misericórdia da Ribeira Grande**

Esta IPSS conta com as seguintes valências para crianças e jovens, creches (As Sementinhas, Estrela do Mar, O Despertar), jardins de infância (As Sementinhas, Casa Leo, Centro Social e Paroquial da Ribeira Seca, Estrela do Mar), CATL’s (Arco Íris, Beija Flor, Casa Leo, Centro Social e Paroquial da Ribeira Seca, Meninos do Mar e Mundo da Criança), a Ludoteca, o Centro de Educação Ambiental, a Valência de Animação de Rua – Espaço Extremo, o Centro de Desenvolvimento e Inclusão Juvenil - Porto Seguro, a Promoção Social pelo Desporto e as Unidades de Orientação Educativa.

- **Centro de Apoio Social e Acolhimento (CASA) – Bernardo Manuel da Silveira Estrela**

Situado na freguesia da Matriz, o CASA apresenta cinco valências na área da infância e juventude, nomeadamente a creche, a creche familiar, o jardim de infância, o atelier de tempos livres e o Centro de Desenvolvimento e Inclusão Juvenil (CDIJ).

- **Centro de Bem Estar Infantil e Juvenil “Jacinto Ferreira Cabido”**

Localiza-se na freguesia da Matriz e dispõe de três valências direcionadas às crianças e jovens, a creche, o jardim de infância e o Lar Internato Feminino.

- **Centro Social e Paroquial de Santa Bárbara**

Na área da infância e juventude, o Centro Social e Paroquial de Santa Bárbara disponibiliza o CATL municipal “Girassol”.

▪ **Casa do Povo de Rabo de Peixe**

A Casa do Povo de Rabo de Peixe intervém com crianças e jovens através da Creche Nossa Senhora do Rosário, dos Centros de Apoio à Criança 1 e 2 (creche, jardim de infância e ATL) e do Centro de Animação 1 (ATL).

▪ **Casa do Povo do Pico da Pedra**

No Pico da Pedra, a Casa do Povo conta com a creche “Pedrinha Mágica”, com o CATL “Mundo Mágico” e, ainda, com o CATL municipal “Pequenos Curiosos”.

7. Projeções Demográficas

O número da população residente num determinado local é influenciado por fenómenos como a natalidade, a mortalidade e as migrações. As alterações daí provenientes resultam numa população mais jovem ou mais envelhecida, ditando as necessidades e prioridades de intervenção que sustentam a definição das políticas públicas. Neste sentido, torna-se relevante recorrer a projeções demográficas para estimar a evolução da população.

O método geométrico permite determinar as estimativas de crescimento da população, através do cálculo e aplicação da taxa de crescimento anual médio. No que se refere ao concelho da Ribeira Grande, é possível estimar a população residente em 2031, tendo por base os valores obtidos nos censos dos anos 2011 e 2021. De acordo com a Tabela 21, espera-se um decréscimo do número total de residentes, bem como do número de munícipes com idades compreendidas entre os 0 e os 19 anos. Assim, estes valores preveem um envelhecimento da população do atual concelho mais jovem do país.

Projeções demográficas				
Faixa etária	População residente em 2011	População residente em 2021	Taxa de crescimento anual médio	População residente em 2031
0-4 Anos	2471	1771	-0,036	1223
5-9 Anos	2457	1819	-0,033	1302
10-14 Anos	2561	2315	-0,011	2069
15-19 Anos	2639	2263	-0,017	1908
População Total	32112	31388	-0,003	30603

Tabela 21 – Projeções demográficas para 2031



8. Reestruturação da Rede Educativa

O diagnóstico da realidade socioeducativa da Ribeira Grande bem como as projeções da população escolar para o ano 2031, sustentam o investimento municipal na educação e na reestruturação da rede educativa. Contudo, as propostas de intervenção nomeadas na Carta Educativa são flexíveis e ajustáveis às necessidades e evolução do sistema educativo.

No que concerne ao papel dos municípios na educação, a responsabilidade do poder local incide sobre a educação pré-escolar e o 1.º ciclo do ensino básico. Assim sendo, relativamente aos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e ao ensino secundário, cabe ao município a articulação junto das entidades a que compete a sua gestão.

Face à previsão de decréscimo da população no concelho da Ribeira Grande, inclusive das faixas etárias que frequentam a educação pré-escolar e o ensino básico, a prioridade do investimento municipal centrar-se-á em dotar os edifícios e equipamentos já existentes das devidas condições de segurança, salubridade e conforto. No entanto, as medidas elencadas neste documento deverão ser interpretadas como meramente indicativas, uma vez que estão sujeitas aos instrumentos orçamentais e de planeamento municipal, anualmente fixados e previstos por lei.

8.1. Intervenção municipal

As estratégias futuras a adotar pela autarquia têm por base os investimentos que têm vindo a ser canalizados para a área da educação. Assim, atendendo ao proposto na Carta Educativa de 2016, importa, em primeiro lugar, situar a intervenção camarária na rede educativa do concelho.

A Unidade Orgânica da Escola Básica Integrada da Maia, particularmente a EB1/JI de Fenais da Ajuda, a EB1/JI Prof. Amâncio da Câmara Leite (Lomba da Maia), a EB1/JI Prof. Manuel Jacinto da Ponte (Maia) e a EB1/JI Pe. Dr. Laudalino da Câmara Moniz de Sá (Porto Formoso) beneficiaram de obras de manutenção, nomeadamente de renovação total dos telhados, sendo removido o amianto e otimizado o comportamento térmico dos edifícios. Ainda na escola do Porto Formoso, procedeu-se à construção de um pavilhão desportivo que dá lugar às aulas de educação física, ao recreio e, ainda, a outros eventos escolares. Por sua vez, tendo em conta as necessidades identificadas, as escolas primárias da Maia, Lomba da Maia, Fenais D`Ajuda e Porto Formoso contaram, também, com a substituição das janelas das salas de aula, nomeadamente, melhorando e otimizando o comportamento térmico dos edifícios.



Na Unidade Orgânica da Escola Básica Integrada de Ribeira Grande, a EB1/JI de Ribeirinha foi alvo de obras de reparação das paredes das salas de aula, assim como a implementação de parque infantil. Na EB1/JI de Foros (Conceição), à semelhança das escolas da unidade orgânica da Maia, procedeu-se à renovação total do telhado. Ainda, com o intuito de melhorar a acessibilidade à EB1/JI Madre Teresa d’Anunciada, a autarquia inaugurou um novo arruamento na freguesia da Ribeira Seca.

Relativamente à Unidade Orgânica da Escola Básica Integrada de Rabo de Peixe, a intervenção no telhado estendeu-se à EB 1/JI António Tavares Torres (Rabo de Peixe). Verificou-se também na EB 1/JI D. Paulo José Tavares intervenção ao nível da eficiência energética e colocação painéis fotovoltaicos por forma a diminuir fatura energética e respetiva “pegada ecológica”. Na EB 1/JI António Medeiros Frazão (Calhetas), no âmbito do novo acesso à escola realizado pela Direção Regional das Obras Públicas, a autarquia procedeu à melhoria das condições de segurança da escola, através da alteração do muro de proteção. É de realçar, ainda, as obras de requalificação, por parte da Direção Regional da Educação, que se encontram a decorrer nas instalações da EB 1, 2, 3/JI da Vila de Rabo de Peixe. Saliente-se também a intervenção realizada na EB 1/JI António Augusto Mota Frazão (Pico da Pedra) onde a edilidade procedeu à realização de intervenção com vista à ampliação do refeitório e melhoria de questões de salubridade na área do Jardim de Infância.

Não obstante à responsabilidade municipal de manutenção e melhoria dos edifícios da educação pré-escolar e do 1.º ciclo, as iniciativas colocadas em prática no âmbito do Orçamento Participativo Jovem da Ribeira Grande têm vindo a beneficiar os edifícios e equipamentos escolares do concelho. No ano de 2020, os projetos vencedores “Parque Infantil no Recreio do Pré-escolar” e “Sala de Convívio” envolveram a EB1/JI de Santa Bárbara e a Escola Secundária da Ribeira Grande, respetivamente. Por sua vez, em 2021, a EB 2, 3 da Maia beneficiou do projeto “Ginásio Fitness” e, novamente, a Escola Secundária da Ribeira Grande do projeto “Torniquetes de Entrada”. Em 2022, a EB 1/JI António Augusto Mota Frazão (Pico da Pedra) foi a vencedora apresentando projeto de cobertura de espaço de recreio.



8.2. Estratégia futura

Considerando as projeções demográficas, os investimentos que a autarquia tem vindo a implementar na educação e o devido levantamento de necessidades, estabelecem-se as seguintes medidas prioritárias para reestruturação da rede educativa concelhia, nomeadamente para as três unidades orgânicas com edifícios sob a alçada do poder local.

Na Unidade Orgânica da Escola Básica Integrada da Maia, a autarquia visa reparar/substituir o gradeamento e a porta de entrada da EB1/JI de Fenais da Ajuda. No caso da EB1/JI Prof. Amâncio da Câmara Leite (Lomba da Maia) e à semelhança da EB1/JI de São Brás, o município reconhece como prioritária a pintura interior e exterior em termos de manutenção. Relativamente à EB1/JI Prof. Manuel Jacinto da Ponte (Maia) é intenção do município reivindicar, junto dos órgãos competentes da Região Autónoma dos Açores, a integração desta na Escola Básica Integrada da Maia. Por sua vez, na EB1/JI Pe. Dr. Laudalino da Câmara Moniz de Sá (Porto Formoso) é definido como premente a manutenção do exterior, nomeadamente da pintura e do pavimento, e a revisão/substituição das instalações elétricas.

Na Unidade Orgânica da Escola Básica Integrada de Ribeira Grande objetiva-se intervir em três valências, de acordo com as necessidades manifestadas. Assim, na EB1/JI Madre Teresa d'Anunciada (Ribeira Seca), considera-se pertinente efetuar reparações/substituições nos equipamentos higio-sanitários, canalização e telhado, devido à existência de infiltrações. Na EB1/JI de Santa Bárbara, a intervenção proposta envolverá a pintura interior e exterior e a reparação/substituição do gradeamento da escola. Por último, na EB1/JI de Ribeirinha pretende-se realizar uma revisão/substituição das instalações elétricas, substituir as janelas de madeira por alumínio e efetuar a manutenção das já existentes neste material.

Na Unidade Orgânica da Escola Básica Integrada de Rabo de Peixe, identifica-se como prioridade a intervenção em três valências de educação pré-escolar e do 1.º ciclo. Relativamente à EB 1/JI D. Paulo José Tavares (Rabo de Peixe) e à EB 1/JI António Tavares Torres (Rabo de Peixe), planeiam-se ações semelhantes, nomeadamente a construção de alpendres no recreio para proteger os alunos das condições climatéricas e a instalação de vedações/sistema elétrico de fechaduras, de modo a promover a segurança dos edifícios. No que concerne à EB 1/JI António Augusto Mota Frazão (Pico da Pedra) está prevista a realização de manutenção ao nível da pintura interior e exterior. Por sua vez, na EB 1/JI António Medeiros Frazão (Calhetas), a autarquia pretende continuar a

realização de intervenções que visam a substituição/reabilitação no referente a janelas e gradeamentos.

A par das intervenções supra identificadas e em conformidade com a atuação da Câmara Municipal da Ribeira Grande como uma entidade inclusiva, que assume um papel promotor da igualdade e da equidade, é intenção do município a continuação de intervenções de forma a proporcionar a contínua melhoria de condições de acessibilidade para pessoas com mobilidade reduzida.

Ainda de salientar, encontrando-se já em curso a avaliação e planeamento, a concretização da colocação de pisos sintéticos nos polidesportivos das escola concelhias.

9. Conclusão

A Carta Educativa de 2022 espelha a rede educativa do concelho durante o período compreendido entre os anos letivos 2016/2017 e 2020/2021 e a população da Ribeira Grande de acordo com os Censos de 2021. O estudo das variáveis e indicadores descritos no presente documento permitem prever e adaptar as necessidades e fenómenos que poderão influenciar a educação das gerações futuras de Ribeiragrândenses.

Em traços gerais, é possível constatar um decréscimo do número de matrículas transversal à Unidade Orgânica da Escola Básica Integrada da Maia, à Unidade Orgânica da Escola Básica Integrada de Ribeira Grande e à Escola Secundária da Ribeira Grande. Por outro lado, a Unidade Orgânica da Escola Básica Integrada de Rabo de Peixe regista um aumento geral. A diminuição do número de matrículas, acompanhada pela redução do número de salas de aulas, na maioria das instituições de ensino vai ao encontro do decréscimo da população das faixas etárias mais jovens do concelho. No entanto, segundo os Censos de 2021, a Ribeira Grande mantém-se o concelho do país com menor índice de envelhecimento. Considerando as projeções demográficas para 2031, a população continuará a diminuir, o que terá impacto no índice de envelhecimento e, consequentemente, no número da população ativa.

No que diz respeito ao ensino secundário, a Escola Secundária da Ribeira Grande regista uma diminuição do número de matrículas no ensino regular. Contudo, é visível o aumento de matrículas nos cursos profissionais ministrados pela Escola Profissional da Ribeira Grande, o que reforça a pertinência de alternativas à matriz do ensino regular no concelho.

Ao analisar os dados da presente Carta Educativa, importa ter em conta o impacto da pandemia de COVID-19 nos anos letivos 2019/2020 e 2020/2021. Os períodos de



confinamento, caracterizados pela implementação do ensino à distância, exigiram uma constante adaptação das escolas e dos alunos, o que se refletiu nas avaliações e nas taxas de transição/retenção. Neste sentido, verificam-se, de modo geral, taxas de transição mais elevadas no ano letivo de 2019/2020, o que poderá demonstrar a adoção de métodos/estratégias de ensino adequados às exigências colocadas.

Relativamente ao número de refeições servidas nos refeitórios das escolas e ao número de beneficiários de transportes escolares, as oscilações verificadas no número de matrículas são, na generalidade, aplicáveis a este tipo de respostas. Neste sentido, é possível constatar que o decréscimo do número de alunos resulta numa alteração no mesmo sentido do número de respostas, a nível de alimentação e transportes, por parte das escolas.

Paralelamente ao ensino, as escolas podem influenciar positivamente a situação económica dos agregados familiares dos seus alunos, através da ação social escolar. De modo geral, o número de apoios atribuídos ao longo do período em análise decresceu. Apesar do impacto da COVID-19 na economia das famílias, não se verificam oscilações significativas no número de apoios concedidos nos anos letivos 2019/2020 e 2020/2021.

A informação disponível na Carta Educativa de 2022, bem como a reflexão acerca do seu conteúdo, permitem definir como prioridade da política municipal, na área da educação, a promoção das condições adequadas e da qualidade dos edifícios e equipamentos educativos existentes. Com a realização das ações previstas e através da celebração de parcerias e protocolos com entidades/projetos relevantes para a educação, a autarquia pretende contribuir para o desenvolvimento de condições promotoras de um percurso educativo de sucesso.



10. Bibliografia

Circular C-DRE/2018/24, de 26 de setembro, da Direção Regional da Educação;

Decreto Legislativo Regional no 27/2005/A de 10 de novembro da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores. Diário da República: I série-A, No 216 (2005). Disponível em www.dre.pt;

Lei no 46/86 de 14 de outubro da Assembleia da República. Diário da República: I série, No 237 (1986). Disponível em www.dre.pt;

Lei no 85/2009 de 27 de agosto da Assembleia da República. Diário da República: I série, No 166 (2009). Disponível em www.dre.pt;

Portaria no 75/2014 de 18 de novembro da Secretaria Regional da Educação e Cultura. Jornal Oficial: I série, No 127 (2014). Disponível em <https://jo.azores.gov.pt/#/>.

10.1. Suporte bibliográfico digital

<https://www.pordata.pt/municipios>;

<http://www.culturacores.azores.gov.pt/ea/pesquisa/Default.aspx?id=9727>;

https://censos.ine.pt/xportal/xmain?xpgid=censos21_main&xpid=CENSOS21&xlang=pt;

<https://www.cm-ribeiragrande.pt/>;

<https://www.heraldicavica.pt/rgr.htm>;

<https://portal.uab.pt/#oferta-pedagogica>.